

# Pandemia acelera e governo some Planalto entrega em abril só metade das vacinas prometidas

Secretaria de Cultura SP



## Morre o cantor Agnaldo Timóteo vítima de Covid

O cantor Agnaldo Timóteo, uma das vozes mais conhecidas da música romântica brasileira, morreu de Covid-19, no sábado (3), após 18 dias de internação no Rio de Janeiro. Ele tinha 84 anos. O cantor iniciou a carreira na década de 1960 e se consolidou com canções românticas. Na política, teve mandatos como deputado federal e vereador em São Paulo e no Rio de Janeiro. Agnaldo estava internado desde o dia 17 de março na UTI do Hospital Casa São Bernardo, na Zona Oeste do Rio. Médicos acreditam que o artista de 84 anos contraiu o coronavírus no intervalo entre a primeira e a segunda dose da vacina. No último dia 27, Agnaldo precisou ser intubado para "ser tratado de forma mais segura" contra a doença, segundo a família. **Pág. 4**

## Bolsonaro desviou verba de vacina e UTI para comprar hidroxocloroquina

Jair Bolsonaro usou a sua live, que foi ao ar na quinta-feira (1), para defender o coronavírus e esculhambar o trabalho dos médicos, dos epidemiologistas, dos governadores e dos prefeitos, que estão tomando medidas heroicas de proteção da população na guerra contra a pandemia de Covid-19. Ancorou-se nos problemas econômicos vividos pela vizinha Argentina por conta da pandemia para repetir a cantilena de que o distanciamento não adianta e que a população deve voltar a se aglomerar. Cinicamente, o "espalha-vírus" insinuou que estaria fazendo a parte dele e disse ter liberado bilhões para os estados combaterem a pandemia, mas, segundo ele, o dinheiro não foi usado. **Pág. 3**

# HORA DO POVO

ANO XXXI - Nº 3.800 7 a 13 de Abril de 2021



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

## Descaso, sabotagem, contrainformação. CPI terá muito a investigar

O Ministério da Saúde afirmou que entregará em abril 25,5 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, número 47% menor que o prometido em março, quando o governo Bolsonaro anunciou que repassaria 47,3 milhões de doses aos municípios no mês seguinte. A informação foi divulgada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. De acordo com ele, a Fundação Oswaldo Cruz, que entrega doses desenvolvidas pelo laboratório AstraZeneca, e o Instituto Butantan, que produz a CoronaVac, entregaram os imunizantes com atraso. **Página 4**

# Subida do juro: Lara Resende rebate dogmas monetaristas

Roberto Parizotti



## 332 mil mortos. Estudantes vão à Paulista em protesto

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) lançou nesta segunda-feira (5) a campanha: "Chega de Mortes! Vacina já! Fora Bolsonaro".

Segundo o presidente da UMES, Lucas Chen, a campanha tem o objetivo de "juntar forças e derrotar as forças negacionistas que sabotam a compra das vacinas, obstruem a distribuição e

aplicação, atacam os que se esforçam para salvar vidas". "Nossa tarefa é muito clara: unir todos aqueles que querem salvar vidas e derrotar o Bolsonaro", ressaltou Chen. Ele explica que "enquanto

o país vive uma situação crítica por conta da pandemia, com mais de 330 mil mortes causadas pelo coronavírus, Bolsonaro continua mostrando seu completo descaso com o povo brasileiro". **Página 4**

O economista André Lara Resende desmonta, no artigo "A quem interessa a alta dos juros?", publicado no Valor Econômico, na quinta-feira (1/4), as velhas e anacrônicas teses defendidas pelo mercado financeiro que levaram ao aumento da taxa de juros pelo Banco Central, como a ameaça da volta da inflação e o risco da desvalorização cambial. Para o ex-presidente do BNDES, conhecido como um dos mais importantes teóricos do neoliberalismo, "os juros altos desestimulam a demanda, reduzem o consumo e o investimento". **Página 2**

## Delegado avisa Salles: "Aqui na PF não vai passar boiada"

O chefe da Polícia Federal do Amazonas, Alexandre Saraiva, Superintendente da Polícia Federal no Estado do Amazonas desde 2017, afirmou, na segunda-feira (5), em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que é a primeira vez que vê um ministro do Meio Ambiente se manifestar de maneira contrária a uma ação que visa proteger a floresta amazônica. **Página 3**

## Requião chocado com a adesão de Lula à privatização da energia e CEF

O ex-senador Roberto Requião (MDB) divulgou neste sábado (3) uma carta, juntamente com o economista José Carlos Assis, dirigida ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com duras críticas ao plano do petista de doar receitas das estatais estratégicas ao setor privado. "Não há nenhum sentido em privatizar a Caixa, mesmo que parcialmente", alertou. **Pág. 3**

# Papa envia mensagem de solidariedade a Assange

Pág. 7

# Produção industrial cai com fim do auxílio, desemprego e carestia



Lara Resende, ex-presidente do BNDES

## André Lara Resende rebate anacrônicos dogmas monetaristas

O economista André Lara Resende desmonta, no artigo “A quem interessa a alta dos juros?”, publicado no Valor Econômico, na quinta-feira (1/4), as velhas e anacrônicas teses defendidas pelo mercado financeiro que levaram ao aumento da taxa de juros pelo Banco Central, como a ameaça da volta da inflação e o risco da desvalorização cambial. Para o ex-presidente do BNDES e um dos criadores do Plano Real, conhecido como um dos mais importantes teóricos do neoliberalismo, “os juros altos desestimulam a demanda, reduzem o consumo e o investimento”. “Como então justificar a decisão do Banco Central de reverter a queda dos juros, quando o país precisa investir, tanto para superar a crise sanitária, quanto para voltar a crescer?”, questiona.

Lara Resende contesta a resposta do governo e dos analistas financeiros para justificar o aumento dos juros baseada na tese da “austeridade fiscal expansionista”.

“A defesa da austeridade retoma a velha e anacrônica crença de que a inflação é resultado do excesso de emissão monetária e que o déficit fiscal é a principal fonte de emissão de moeda. O fantasma da Teoria Quantitativa, silenciosamente aposentada a partir do fim do século XX, continua a cumprir o seu papel histórico de assustar com a ameaça da inflação para atar as mãos do Estado e pressionar pela redução dos gastos públicos”.

“Depois de uma queda de mais de 4% do PIB no ano passado, quando se imaginava que a economia fosse começar a se recuperar, assistimos a um novo mergulho recessivo. Faz sentido falar na volta da inflação num contexto de recessão com desemprego altíssimo?”, questiona.

Para o ex-presidente do BNDES, “É o crescimento da economia e da arrecadação que garante uma trajetória não explosiva da dívida. Para crescer e arrecadar, é preciso investir. Sobretudo, é preciso evitar que uma emergência como a da atual pandemia se prolongue e se transforme numa catástrofe sanitária e social. Essa é a verdadeira responsabilidade fiscal que a todos interessa”.

“Se existe um consenso hoje, é que o país precisa investir. Não há crescimento sem investimento, e o Brasil, depois de crescer abaixo da média mundial desde os anos 1980, viu o seu produto per capita cair na última década. Já sobre as causas da longa interrupção do crescimento e sobre o que fazer para voltar a investir, não há consenso. Sabe-se que juros altos desestimulam a demanda, reduzem o consumo e o investimento”, diz o economista.

Dado a importância do tema abordado pelo economista, reproduzimos na íntegra o seu artigo no site da Hora do Povo: <https://horadopovo.com.br/lara-resende-rebate-anacrônicos-dogmas-monetaristas-elevar-juro-e-desatino/>

Foto: Tânia Régo/Agência



“O auxílio emergencial também é um fator importante, já que é o segundo mês sem auxílio. E também um contingente importante fora do mercado de trabalho e o nível de preços está elevado”, avaliou André Macedo, gerente da pesquisa sobre o resultado da produção industrial em fevereiro.

Fotos: André Valentim/Agência Petrobrás



## RLAM foi entregue para fundo estrangeiro pela metade do seu valor TCU questiona preço baixo e pressa na privatização da Refinaria Landulpho Alves

O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá suspender a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) na Bahia, entregue para um fundo dos Emirados Árabes por um valor 45% inferior ao calculado inicialmente. Por decisão do ministro Walton Alencar Rodrigues, as áreas técnicas do TCU terão que apresentar um parecer para “análise conclusiva a respeito da necessidade ou não de medida cautelar para suspensão da alienação”.

O ministro Rodrigues afirmou na quarta-feira (31) que há “risco de iminente de conclusão do negócio, mesmo antes que este tribunal possa debruçar-se sobre a matéria”, o que representa “possível

prejuízo ao interesse público”.

Roberto Castelo Branco, de saída da Petrobrás, entregou a RLAM por US\$ 1,65 bilhão em contrato assinado no dia 24 de março. O general Joaquim Silva e Luna, indicado por Bolsonaro, deve assumir a presidência da Petrobrás dia 12 de abril. A Petrobrás havia precificado os ativos da refinaria, uma das mais importantes do país, em US\$ 3,04 bilhões, ou seja, quase mais que o dobro.

A RLAM é uma das 8 das 13 refinarias que o governo Bolsonaro pretende privatizar, metade do parque nacional de refino. O negócio com o fundo árabe foi fechado às pressas, o que também contribuiu

para as suspeitas gerais e do TCU.

“Esclarecendo que tem havido uma agilização extremamente enfática do procedimento por parte da Petrobrás, para concluir a questão antes da conclusão do procedimento no âmbito do controle externo”, afirmou Rodrigues.

A capacidade produtiva da RLAM nem sequer justifica a sua venda, quanto mais a entrega a preço de banana. A refinaria possui capacidade de processamento de 333 mil barris por dia (14% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil), e seus ativos incluem quatro terminais de armazenamento e um conjunto de oleodutos totalizando 669 km.

## Na contramão do mundo, Paulo Guedes quer arrochar ainda mais o Orçamento

Após apoiar o corte de R\$ 26,5 bilhões dos recursos destinados às despesas obrigatórias, previstos no projeto do Orçamento de 2021, transferindo-os para emendas parlamentares, o governo Bolsonaro voltou atrás e entrou em conflito com sua base aliada no Congresso Nacional. O ministro da Economia, Paulo Guedes, passou a ameaçar o Legislativo exigindo cortes ainda maiores no orçamento e mais arrocho fiscal.

Ciente de que tanto o governo quanto os deputados estavam cometendo uma evidente ilegalidade, ao retirar recursos de despesas obrigatórias, Guedes passou a ver no Orçamento de 2021 uma grave ameaça ao teto de gastos. A partir daí, passou a recomendar que o Planalto vetasse de forma parcial o Projeto de Lei do Orçamento (PLO).

Guedes argumentou que Bolsonaro pode sofrer um processo de impeachment por irresponsabilidade fiscal

se o texto do Orçamento for sancionado como está. Por outro lado, congressistas da base aliada reagiram afirmando que o ministro está fazendo “terrorismo” fiscal.

O que ficou claro em toda essa discussão é que o grande obstáculo a um orçamento que atenda minimamente às necessidades da população brasileira é o famigerado teto de gastos idealizado pelo economista Nelson Barbosa e imposto ao país em 2016.

Outro fato a ser destacado é que a proposta do Orçamento de 2021, enviada ao Congresso Nacional pelo governo, já estava bastante subestimado diante da maior crise sanitária dos últimos 100 anos e da grave recessão que se abateu sobre o país. Para as ações e serviços públicos na área da saúde foram destinados R\$ 125 bilhões, menos do que os R\$ 161 bilhões efetivamente gastos em 2020, ano em que teve início a pandemia da Covid-19. Um valor ainda muito pequeno diante da tragédia

que já tirou a vida de 330 mil brasileiros, recurso que foi subestimado pelo negacionismo do governo federal frente à pandemia.

No texto aprovado pelo Congresso, o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), transferiu o montante de R\$ 26,5 bilhões destinados às despesas obrigatórias para as emendas em troca da aprovação da PEC 186/19, agora Emenda Constitucional (EC) 109/21, que impõe mais arrocho fiscal exatamente no momento em que a pandemia e a crise econômica se agravam.

Foram cortados benefícios previdenciários (R\$ 13,5 bilhões), abono salarial (R\$ 7,4 bilhões) e seguro-desemprego (R\$ 2,6 bilhões). Todas estas despesas são obrigatórias – isto quer dizer, que, pela Constituição, não podem ser canceladas, contingenciadas ou adiadas. Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/na-contramão-do-mundo-guedes-quer-cortar-ainda-mais-o-orçamento/>

Com a queda de 0,7% em fevereiro, o setor acumula queda de 4,2% em 12 meses. Para o Iedi, “o consumo das famílias tem sido freado não apenas pelo medo e isolamento decorrente diretamente da Covid-19, mas também pelo desemprego e pelo fim do auxílio pago às famílias”

A produção industrial do país caiu 0,7% em fevereiro, interrompendo uma sequência de nove meses em que o setor produtivo caminhava estagnado. Com o resultado, a produção passou a acumular queda de 4,2% em 12 meses.

Os dados divulgados nesta quinta-feira (1) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que dois entre os setores mais afetados foram de bebidas e alimentação, colocando o fim do pagamento da renda emergencial como um dos fatores determinantes para a queda na produção industrial. Além disso, o IBGE responsabiliza o recrudescimento da pandemia (e a vacinação em marcha lenta), o alto índice de desemprego e a inflação pelas dificuldades do setor produtivo.

“É um conjunto de fatores que explica não só o comportamento negativo desse mês, mas também nos meses anteriores, com taxas positivas, mas em magnitude menor. Em 2021, há recrudescimento da pandemia, que leva a restrições em algumas regiões do país, com dificuldades das cadeias produtivas. O auxílio emergencial também é um fator importante, já que é o segundo mês sem auxílio. E também um contingente importante fora do mercado de trabalho e o nível de preços está elevado”, aponta André Macedo, gerente da pesquisa.

Segundo o IBGE, o setor se encontra agora 13,6% abaixo do patamar recorde alcançado em 2011.

“Nos últimos meses nós já vínhamos observando uma mudança de comportamento nos índices da indústria, que, embora

ainda estivessem positivos, já apresentavam uma curva decrescente, demonstrando um arrefecimento”, completa Macedo.

Das quatro grandes categorias econômicas produtivas, três sentiram os resultados negativos de fevereiro: bens duráveis (-4,6%), bens de capital (-1,5%) e bens de consumo (-1,1%) e bens semi e não-duráveis (-0,3%). Entre os ramos, houve recuo em 14 dos 26 pesquisados.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, as quedas foram de 5% e 4,4%, respectivamente, para os setores que atuam na produção de alimentos e bebidas. Se olhar os dados no acumulado de 2021, a produção de produtos alimentícios caiu 5,1%.

“A perda de dinamismo recente da indústria vem sendo condicionada pelos ramos cujos mercados dependem do consumo das famílias, que tem sido freado não apenas pelo medo e isolamento decorrente diretamente da Covid-19, mas também pelo desemprego e pelo fim do auxílio pago às famílias”, argumenta o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi).

No resultado mensal, a produção de automóveis e autopeças pressionou o resultado de fevereiro, com um tombo -7,2%.

No ano passado, a indústria foi responsável pelo segundo maior impacto negativo sobre o Produto Interno Bruto (PIB), que despencou 4,1%. O setor teve queda de 3,5%. Os economistas são categóricos sobre as perspectivas diante da política negacionista de Bolsonaro e a inércia de Paulo Guedes: não haverá recuperação sem vacina e sem consumo.

## Jair Bolsonaro autoriza o 4º aumento seguido no preço do gás de cozinha este ano

O botijão de gás de cozinha está 5% mais caro desde a última sexta-feira (2). Com o aval de Jair Bolsonaro, a direção da Petrobrás autorizou o quarto aumento consecutivo no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP), que passou a ser vendido a R\$ 3,21 por quilo nas refinarias da Petrobrás, o que equivale a R\$ 41,68 no botijão de 13 quilos para as distribuidoras.

Para os consumidores, na última semana de março, o preço médio nacional do botijão de gás de cozinha ficou em R\$ 83,25, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O custo do botijão de 13kg foi encontrado acima dos R\$ 100, em quatro capitais brasileiras: Rio Branco, Macapá, Boa Vista e Cuiabá – cujo preço máximo encontrado foi de R\$ 120,00.

A alta ocorre poucos dias antes dos 45,6 milhões de brasileiros começarem a receber o mísero novo auxílio emergencial de R\$ 250, em média, depois de ficarem três meses sem receber nada.

Ao custo médio de R\$ 100, o botijão de gás de cozinha cobriria 66% do auxílio emergencial de R\$ 150, que governo pagará para quem vive sozinho; 40% dos R\$ 250 destinados a uma pessoa por fa-

mília (independentemente do número de filhos); e 26,6% dos R\$ 375 que será pago para mães chefes de famílias.

O governo promete retomar o pagamento do auxílio emergencial, encerrado em dezembro, na terça-feira (6). O benefício será pago para apenas 45,6 milhões de pessoas – 22,6 milhões a menos do que receberam o auxílio no ano passado -, em quatro parcelas mensais, cujos valores variam de R\$ 150 a R\$ 375, a depender da composição de cada família. Estima-se que 20 milhões receberão apenas R\$ 150.

No ano passado, a ajuda emergencial atingiu 68,2 milhões de pessoas, sendo as cinco primeiras parcelas mensais no valor de R\$600, e quatro R\$300, a partir de setembro.

Os brasileiros continuam pagando muito caro pelo gás de cozinha, mesmo após Bolsonaro ter zerado os impostos federais (PIS/CONFIS) com a promessa de reduzir o custo do produto e o preço do petróleo ter fechado o mês de março em queda. No entanto, sem dar mais explicações, a direção da estatal justificou que o novo reajuste reflete as movimentações da cotação internacional do petróleo, além do câmbio.

Escreva para o HP

[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HP**

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@uol.com.br](mailto:inc24agosto@uol.com.br)  
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**  
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)  
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317  
E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovope@yahoo.com.br](mailto:horadopovope@yahoo.com.br)

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curúá-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



Deputado federal Capitão Augusto (PL-SP)

## “Os policiais perderam mais com Bolsonaro do que nos últimos dez anos”, diz deputado Capitão Augusto

O deputado Capitão Augusto (PL-SP) é líder da bancada da área da Segurança na Câmara, também conhecida como “bancada da bala”.

Em entrevista ao jornal O Estado S. Paulo, o parlamentar, que tem sido crítico do governo, fala do desprezo de Bolsonaro com os policiais e como a categoria tem sido tratada mal por ele.

Segundo o deputado, os policiais perderam “mais em dois anos do que nos dez últimos anos”.

“Perdemos na reforma da Previdência, na PEC emergencial, na fusão dos ministérios da Segurança Pública e da Justiça. Perdemos até na vacinação, pois colocaram até os presos na frente da gente”, diz.

“A gente esperava um governo que fosse reparar o que perdemos”, disse o parlamentar ao Estadão. “A desvalorização dos profissionais da área de segurança acabou piorando”, frisou.

O Capitão Augusto está em seu segundo mandato de deputado federal.

Leia a entrevista:

### Bolsonaro tem cumprido o que prometeu na área de segurança?

Criou-se uma expectativa muito grande, pois finalmente conseguimos eleger um presidente oriundo da bancada da segurança. Tínhamos certeza de que seríamos tratados de uma forma como a gente achou que merecia. No entanto, essa expectativa acabou se tornando uma frustração, porque nós perdemos mais em dois anos do que nos dez últimos anos. Perdemos na reforma da Previdência, na PEC emergencial, na fusão dos ministérios da Segurança Pública e da Justiça. Perdemos até na vacinação, pois colocaram até os presos na frente da gente.

### A que atribui essas “perdas”?

Caberia a Bolsonaro explicar. A PEC Emergencial não precisaria ter colocado servidores da área de segurança. É a categoria que mais está sendo contaminada por covid. Só no Estado de São Paulo são 40% dos policiais. Então, não havia necessidade de imputar mais isso aos profissionais da Segurança. A gente já não tem uma série de direitos, que ele sabe muito bem, e aí ainda inclui os servidores da área de Segurança na PEC Emergencial.

### Como vê a atuação da pasta da Justiça e Segurança Pública?

O Ministério da Justiça pode até continuar forte, mas a segurança está sumida. O ministério não deixa espaço para a área de segurança. Segurança é só no nome. Vamos ver agora se, com o Anderson Torres (novo ministro da Justiça), que é da área da polícia, melhora.

Em dois anos, a bancada da bala nunca foi convidada para tomar café com o presidente. (Bolsonaro) Já se reuniu com a bancada feminina, evangélica, do agronegócio... Nem sequer fomos consultados para qualquer tipo de indicação de cargos.

### O que achou de mais uma mudança de ministro nessa área?

Não fomos nem consultados. O ministério propôs a ampliação de R\$ 945 milhões em seu orçamento para 2021, mas foram aprovados R\$ 300 milhões...

A gente não é consultado para absolutamente nada. Em dois anos, a bancada da bala nunca foi convidada para tomar café com o presidente. (Bolsonaro) Já se reuniu com a bancada feminina, evangélica, do agronegócio... Nem sequer fomos consultados para qualquer tipo de indicação de cargos.

### Por que esse desprestígio?

Gostaria muito de saber o porquê. Foi o primeiro deputado a declarar apoio a ele, aliado de primeira hora. Se tivesse um presidente da bancada da segurança que fosse desafeto dele, poderia ser que ele estivesse querendo convidar. Mas não há justificativa.

### O alinhamento com Bolsonaro será mantido em 2022?

Então... Ainda é meio cedo para fazer essa avaliação. As categorias dos policiais estão muito descontentes. Vamos ver se ele vai fazer alguma coisa para reverter esse cenário.

### Como o sr. tem sido informado sobre esse descontentamento?

Hoje você vê os parlamentares e as próprias polícias externando publicamente. Não sei como será daqui para a frente.

O Doria atendeu na frente [para vacinar os policiais]. O Estado de São Paulo está priorizando os policiais. Pelo plano nacional de vacinação, ficamos atrás dos presos, o que é algo até meio vexatório para a classe. Demonstra desprestígio.

### Quando foi a última conversa que o sr. teve com o presidente?

Já nem lembro mais. Tivemos em alguns eventos no Planalto. Mas conversamos, mesmo, a última vez foi para falar sobre (a recriação do) Ministério da Segurança, que já faz oito meses.

### O sr. abriu mão da candidatura à presidência da Câmara para não atrapalhar Arthur Lira...

Exatamente, porque havia preocupação deles que eu tiraria mais votos do Arthur Lira, pois o PL estava junto do Arthur, tinha 43 deputados. Uma ala bolsonarista tinha declarado apoio a mim. A bancada se sente desprestigiada.

### O governo federal deixou a desejar na vacinação das polícias?

Muito. Tinha feito ofício tanto para o governador João Doria quanto para o presidente. Demos a oportunidade de Bolsonaro sair na frente, mas, infelizmente, não foi atendido. O Doria atendeu na frente. O Estado de São Paulo está priorizando os policiais. Pelo plano nacional de vacinação, ficamos atrás dos presos, o que é algo até meio vexatório para a classe. Demonstra desprestígio. (Estadão, B.P.)

# Bolsonaro tirou verba de UTIs e vacina para comprar cloroquina



Bolsonaro fez uma live para atacar governadores, prefeitos e o Judiciário

## “Aqui na PF não vai passar boiada”, diz delegado, sobre intromissão de Salles

O chefe da Polícia Federal do Amazonas, Alexandre Saraiva, Superintendente da Polícia Federal no Estado do Amazonas desde 2017, afirmou, nesta segunda-feira (5), em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que é a primeira vez que vê um ministro do Meio Ambiente se manifestar de maneira contrária a uma ação que visa proteger a floresta amazônica.

“É o mesmo que um ministro do Trabalho se manifestar contrariamente a uma operação contra o trabalho escravo”, afirmou, acrescentando que “é como se um carro fosse parado na estrada, a polícia pedisse o documento, e o condutor não tivesse em mãos ou entregasse um sobre um Fusca, quando estava dirigindo um Chevette. Se a documentação estiver dentro da lei, liberaremos a madeira na hora. A possibilidade disso acontecer, na minha opinião, é perto de zero”, argumentou.

Saraiva, que é doutor em ciências ambientais e sustentabilidade da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, se referia à reação de Ricardo

Salles, ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, à operação da PF que reprimiu madeireiros ilegais na região e fez a maior apreensão de madeira da história do Brasil. “Na Polícia Federal não vai passar boiada”, disse ele, usando a expressão de Salles na reunião ministerial que se tornou pública do ano passado. Ele diz que as “empresas” investigadas na ação não podem nem ser chamadas de empresas. “Trata-se de uma organização criminosa”, afirmou.

Matéria na íntegra em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Segundo Raul Jungmann, as Forças Armadas disseram não a Bolsonaro e sim à democracia

O ex-ministro da Defesa (2016-2018) e da Segurança Pública (2018), Raul Jungmann, afirmou que “os militares estão indisponíveis para qualquer ato antidemocrático”, em entrevista para Igor Gielow, do jornal Folha de S. Paulo.

O ex-ministro comentou os fatos da semana envolvendo a saída dos comandantes militares e do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva.

No dia seguinte à demissão de Azevedo e Silva, os comandantes Edson Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antonio Carlos Bermudez (Aeronáutica) entregaram os comandos ao novo ministro, general Walter Braga Netto.

O general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira será o novo comandante do Exército. O almirante de esquadra Almir Garnier Santos assumirá o comando da Marinha e o tenente-brigadeiro do ar Carlos Baptista Junior será o comandante da Aeronáutica.

Segundo Jungmann, isso “foi o dia do fico, no caso, ficar com a Constituição, com a democracia.”

## “Bolsonaro sabotou as ações contra o coronavírus”, denunciou Flávio Dino

Em debate promovido pelos Institutos Presidente João Goulart e Lula sobre o golpe de 64

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e a desembargadora Kenarik Boujikian debateram o golpe de 1964 e as ameaças de Bolsonaro à democracia, em uma live organizada pelos Institutos Lula e Presidente João Goulart.

Flávio Dino afirmou que Bolsonaro “lavou suas mãos e sabotou ações contra o coronavírus”, ao falar da relação entre os golpistas de 64 e a forma autoritária de governar do capitão cloroquina, que elogia a ditadura e os torturadores.

O ex-deputado João Vicente Goulart, presidente do Instituto João Goulart, disse que é preciso esclarecer “ao Brasil e aos jovens brasileiros o que foi a ditadura” para que “aqueles que pretendem posar de ditadores não tenham mais essa oportunidade”.

“O golpe de 1964, ao contrário do que diz o novo ministro da Defesa [Braga Netto], de que foi em defesa da Democracia, foi um

golpe contra a democracia. Trouxe ao Brasil 21 anos de escuridão, de ditadura, de perseguições, de torturas”, sentenciou.

O presidente do Instituto Lula, Márcio Pochmann, disse que sob o governo Bolsonaro, não podemos ficar “imunes ao questionamento à democracia”.

Flávio Dino disse que os golpistas de 1964 rasgaram as cláusulas pétreas da Constituição para impedir as reformas de base anunciadas por João Goulart.

“Acabaram com a separação de poderes, quando cassaram deputados e ministros do STF, acabaram com a forma federativa, principalmente depois de perderem eleições nos Estados, e acabaram com o voto direto”, acrescentou.

O governador do Maranhão disse que é preciso fazer com que “as ambições abstratas da Constituição entrem na vida do povo”, principalmente durante a pandemia.

Salles, ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, à operação da PF que reprimiu madeireiros ilegais na região e fez a maior apreensão de madeira da história do Brasil. “Na Polícia Federal não vai passar boiada”, disse ele, usando a expressão de Salles na reunião ministerial que se tornou pública do ano passado. Ele diz que as “empresas” investigadas na ação não podem nem ser chamadas de empresas. “Trata-se de uma organização criminosa”, afirmou.

Matéria na íntegra em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Segundo Raul Jungmann, as Forças Armadas disseram não a Bolsonaro e sim à democracia

O ex-ministro da Defesa (2016-2018) e da Segurança Pública (2018), Raul Jungmann, afirmou que “os militares estão indisponíveis para qualquer ato antidemocrático”, em entrevista para Igor Gielow, do jornal Folha de S. Paulo.

O ex-ministro comentou os fatos da semana envolvendo a saída dos comandantes militares e do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva.

No dia seguinte à demissão de Azevedo e Silva, os comandantes Edson Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antonio Carlos Bermudez (Aeronáutica) entregaram os comandos ao novo ministro, general Walter Braga Netto.

O general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira será o novo comandante do Exército. O almirante de esquadra Almir Garnier Santos assumirá o comando da Marinha e o tenente-brigadeiro do ar Carlos Baptista Junior será o comandante da Aeronáutica.

Segundo Jungmann, isso “foi o dia do fico, no caso, ficar com a Constituição, com a democracia.”

## “Bolsonaro sabotou as ações contra o coronavírus”, denunciou Flávio Dino

Em debate promovido pelos Institutos Presidente João Goulart e Lula sobre o golpe de 64

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e a desembargadora Kenarik Boujikian debateram o golpe de 1964 e as ameaças de Bolsonaro à democracia, em uma live organizada pelos Institutos Lula e Presidente João Goulart.

Flávio Dino afirmou que Bolsonaro “lavou suas mãos e sabotou ações contra o coronavírus”, ao falar da relação entre os golpistas de 64 e a forma autoritária de governar do capitão cloroquina, que elogia a ditadura e os torturadores.

## “Bolsonaro sabotou as ações contra o coronavírus”, denunciou Flávio Dino

Em debate promovido pelos Institutos Presidente João Goulart e Lula sobre o golpe de 64

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e a desembargadora Kenarik Boujikian debateram o golpe de 1964 e as ameaças de Bolsonaro à democracia, em uma live organizada pelos Institutos Lula e Presidente João Goulart.

Flávio Dino afirmou que Bolsonaro “lavou suas mãos e sabotou ações contra o coronavírus”, ao falar da relação entre os golpistas de 64 e a forma autoritária de governar do capitão cloroquina, que elogia a ditadura e os torturadores.

O ex-deputado João Vicente Goulart, presidente do Instituto João Goulart, disse que é preciso esclarecer “ao Brasil e aos jovens brasileiros o que foi a ditadura” para que “aqueles que pretendem posar de ditadores não tenham mais essa oportunidade”.

“O golpe de 1964, ao contrário do que diz o novo ministro da Defesa [Braga Netto], de que foi em defesa da Democracia, foi um

Além de não adquirir os imunizantes que o Brasil precisa, utilizou a sua live semanal para ofender governadores e prefeitos, insinuando que eles teriam desviado recursos

Jair Bolsonaro usou a sua live, que foi ao ar nesta quinta-feira (1), para defender o coronavírus e esculhambar o trabalho dos médicos, dos epidemiologistas, dos governadores e dos prefeitos, que estão tomando medidas heroicas de proteção da população na guerra contra a pandemia de Covid-19.

Ancorou-se nos problemas econômicos vividos pela vizinha Argentina por conta da pandemia para repetir a cantilena de que o distanciamento não adianta e que a população deve voltar a se aglomerar.

Cinicamente, o “espalha-vírus” insinuou que estaria fazendo a parte dele e informou ter liberado bilhões para os estados combaterem a pandemia, todavia, segundo ele, os governadores não fizeram uso desses recursos para o combate ao coronavírus.

Afirmou, sem nenhuma prova, que eles desviaram o dinheiro para outras coisas. “Dinheiro foi para Estados e municípios, muito dinheiro, bilhões de reais, mas nós sabemos que muitos governadores e prefeitos usaram esse recurso para pagar folha atrasada, botar suas contas em dia e não deram a devida atenção para a saúde no momento”, afirmou, cinicamente, Bolsonaro.

### DESVIO PARA CLOROQUINA

O fato é que o dinheiro dos leitos de UTI e das vacinas foi usado, por orientação de Bolsonaro, para comprar toneladas de comprimidos de cloroquina. Foram gastos quase R\$ 90 milhões com a compra de medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento da Covid-19, como cloroquina, azitromicina e outros. Não foi à toa que os governadores tiveram que apelar ao Supremo Tribunal Federal (STF) para conseguir que o governo federal repassasse as verbas destinadas pelo Congresso para o pagamento de leitos de UTI. Está claro, portanto, que quem desviou verbas foi o Planalto e não os governadores e prefeitos.

Como se visse em outro planeta, o capitão cloroquina disse ainda que, graças a ele, está tudo uma maravilha no país. Segundo ele, o Brasil está entre os dez no mundo que mais vacinou, em números absolutos. “Estou muito satisfeito com o ritmo de vacinação. Estamos indo muito bem”, disse, acusando os governadores pelos problemas.

O número absoluto de vacinados é pouco importante em casos como a atual pandemia. O que interfere nos rumos da circulação do vírus é o percentual da população que foi vacinada. Infelizmente, graças à sabotagem às vacinas, o Brasil só imunizou até agora pouco mais de 10% de sua população. O país foi o 57º no mundo a iniciar o programa de vacinação.

### VÍRUS

Ele voltou a tirar o corpo fora de sua criminosa inação ante a pandemia e voltou também a livrar o vírus e a pandemia pelos problemas econômicos. Prefere

culpar os outros, principalmente os governadores, pelos gargalos que a tragédia está provocando nas atividades econômicas. Disse que a culpa pela crise sanitária que atinge o mundo todo, paralisando as atividades em quase todos os países, não é do coronavírus, mas sim de quem o combate. Usou essa estupidez para insistir na defesa das aglomerações.

Na contramão de quase todo o planeta, Bolsonaro quer a volta imediata de todas as atividades econômicas, sejam elas essenciais ou não, considerando pouco os mais de 320 mil brasileiros que morreram, vítimas de Covid-19, até agora. Se dependesse só dele, que defenda a ideia criminosa da “imunidade de rebanho”, ou seja, a ideia de que a população se infecte o mais rapidamente possível para adquirir imunidade, esse número seria muito maior, não importando quantos vão morrer por causa do vírus. Certa vez, quando foi perguntado sobre o aumento das mortes, respondeu: “e daí? Fazer o que? Paciência”

Como um jumento empacado (com todo o respeito aos valiosos jumentos do Brasil), Bolsonaro voltou a se aferrar ao charlatanismo da cloroquina. Disse que segue defendendo o tratamento precoce e, citando uma outra droga, cuja autorização para o uso no país a americana Roche acaba de encaminhar à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), garantiu que ainda vão dar toda razão a ele no caso da cloroquina.

Mesmo com unidades de terapia intensiva (UTIs) superlotadas e os hospitais entrando em colapso em todo o Brasil, o capitão segue em obcecada campanha pela cloroquina e contra o isolamento social necessário ainda diante da situação do sistema de saúde.

### GOVERNADORES REAGEM

Diante das críticas de Bolsonaro às medidas de restrição e da demora do governo federal em liberar a ajuda emergencial, além de reduzi-la a valores ínfimos, o governador Wellington Dias, do Piauí, respondeu: “a pandemia acabou? Claro que não. Aliás, piorou, colapso no sistema hospitalar, pessoas adoecendo (...). Vejam, o governo federal, em 2020, pagava R\$ 600 de auxílio emergencial para proteger os pobres. Que maravilha. Depois, passou a pagar R\$ 300. E parou em dezembro, parou em dezembro por quê?”

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou, em entrevista à Band News, que o ódio que Bolsonaro nutre pelos governadores é motivado pela ação protagonista deles frente à grave crise sanitária e pela cobrança de medidas efetivas por parte do governo federal. Durante todo esse tempo, Bolsonaro insistiu em seu negacionismo e desdenhou da gravidade da doença. Agora, com a população cobrando mais enfaticamente por essas medidas, ele fica nervoso.

S.C.

## Requião se declara “chocado” com adesão de Lula à privatização da Caixa e Eletrobrás

O ex-senador Roberto Requião (MDB) divulgou neste sábado (3) uma carta, juntamente com o economista José Carlos Assis, dirigida ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com duras críticas ao plano do petista de doar receitas das estatais estratégicas ao setor privado.

“Ficamos chocados com a sua afirmação de que estaria a favor de transformar empresas estatais, como a Caixa Econômica Federal, hoje totalmente controlada pelo Estado, em empresa de economia mista sob controle parcial privado. Também nos surpreendeu sua concordância com o Governo atual na estratégia de privatização da Eletrobrás, a qual, junto com a Petrobrás, é o eixo da independência energética brasileira”, diz um trecho do documento.

“Supomos que esteja sendo mal aconselhado na área econômica. Não há nenhum sentido em privatizar a Caixa, mesmo que parcialmente. É uma empresa que rende dividendos expressivos para a área assistencial do Governo, há mais de um século, e desempenha papel estratégico no desenvolvimento social do país. Privatizá-la significa efetivamente doar uma parte dela a particulares sem qualquer justificativa econômica ou moral”, prosseguiu Requião.

“No caso da Eletrobrás”, destaca o ex-senador, “estamos diante de um dos maiores riscos

estratégicos para a economia brasileira, na medida em que um sistema energético integrado e bem articulado ficará sob a ameaça de injustificável desintegração”.

“Além disso, é uma empresa monopolista em várias funções, não fazendo qualquer sentido que seja entregue ao setor privado com seu apetite por lucro e com o descaso na operação, conforme se viu recentemente em Rondônia”, advertiu.

“Mais assustador ainda do que o que assinalam essas indicações privatistas – neste caso, tendo em vista o que propõe o próprio programa do PT recém-lançado – é o que ali se expressa como um compromisso com o equilíbrio macroeconômico. Isso é puro conservadorismo. É um compromisso, sim, com a recessão, pois uma economia que não tem desequilíbrios macroeconômicos, sobretudo a partir de recessão, jamais retomará o crescimento econômico”, declarou o político paranaense. “Observe os Estados Unidos, o Japão, a União Europeia, a Inglaterra – ninguém faz mais equilíbrio orçamentário no mundo, pois sabe que se trata de um suicídio econômico e social”, acrescentam os signatários.

Requião e o economista José Carlos Assis, que assinam a carta, concluem dizendo que se mantêm alinhados com o projeto político de Lula por acreditarem na possibilidade de regeneração do ex-presidente.

# Governo reduz pela metade a meta de vacinação contra Covid de abril

Segundo relatório do Conselho Nacional de Saúde, não houve explicação do governo para o cancelamento da importação dos insumos vitais para pacientes com Covid-19

O Ministério da Saúde afirmou que entregará em abril 25,5 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, número 47% menor que o prometido em março, quando o governo Bolsonaro anunciou que repassaria 47,3 milhões de doses aos municípios no próximo mês.

A informação foi divulgada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. De acordo com ele, a Fundação Oswaldo Cruz, que entrega doses desenvolvidas pelo laboratório AstraZeneca, e o Instituto Butantan, que produz a CoronaVac, entregarão os imunizantes com atraso em abril.

“Em relação a vacinas, em abril, previsão de 25,5 milhões de doses. Há atrasos na entrega das duas principais indústrias nacionais, Butantan e Fiocruz, há questão da vacina indiana, que a Anvisa ontem suspendeu a planta”, disse Queiroga.

Cronograma previsto de abril, que não será cumprido:

- Fiocruz – Astrazeneca/Oxford (doses importadas) – 2 milhões

- Fiocruz – Astrazeneca/Oxford (envase local) – 21,1 milhões

- Butantan – Sinovac – 15,7 milhões

- Bharat Biotech/Precisa Medicamentos/Covaxin – 8 milhões

- União Química – Gamaleya/Sputnik – 400 mil

Da lista acima, a indiana Covaxin e a russa Sputnik V ainda não obtiveram autorização para uso emergencial.

O problema na “planta” citado pelo ministro está rela-

cionado com as inspeções feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na empresa na Índia. Nesta terça-feira (30), a agência negou a certificação de boas práticas à Bharat Biotech, que fabrica a Covaxin. De acordo com o órgão, pelo menos 14 itens foram reprovados durante vistoria na fábrica, como questões sanitárias e de controle de qualidade e segurança ao produzir as doses.

Na quarta, a Anvisa negou a importação de 20 milhões de doses da Covaxin. O Ministério da Saúde pode apresentar novas informações e fazer um novo pedido de liberação.

Outro ponto de dúvida é a entrega de 2 milhões de doses importadas já prontas da vacina Astrazeneca, que não têm previsão de ser concretizada.

Em março, o saldo do ministério da Saúde também foi negativo: das 38 milhões de doses previstas para serem distribuídas no mês pelos laboratórios, 9,9 milhões não foram entregues ao governo brasileiro.

A vacinação no Brasil ainda depende principalmente das doses da vacina produzida pelo Instituto Butantan. Ao menos 85% das vacinas aplicadas no país são da CoronaVac.

Em nota, o Butantan afirmou que aguarda para o dia 10 de abril a última remessa do IFA importado da China referente ao primeiro contrato. Com os 6 mil litros de insumos esperados, o instituto cumprirá com a entrega de 46 milhões de doses da CoronaVac ao Plano Nacional de Imunização.



Três dos 23 itens solicitados foram cancelados por decisão do Ministério

## Estudantes protestam em defesa da vacina e contra Bolsonaro na Paulista

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) lançou nesta segunda-feira (5) a campanha: “Chega de Mortes! Vacina já! Fora Bolsonaro”.

Segundo o presidente da UMES, Lucas Chen, a campanha tem o objetivo de “juntar forças e derrotar os negacionistas que sabotam a compra das vacinas, obstruem a distribuição e aplicação, atacam os que se esforçam para salvar vidas”.

“Nossa tarefa é muito clara: unir todos aqueles que querem salvar vidas e derrotar o Bolsonaro”, ressaltou Chen.

Ele explica que “enquanto o país vive uma situação crítica por conta da pandemia, com mais de 330 mil mortes causadas pelo coronavírus, Bolsonaro continua mostrando seu completo desdém com o povo brasileiro”.

Diante desta situação, o governo Bolsonaro im-



“Nós devemos nos unir para derrotar as forças negacionistas que sabotam a vacinação”, diz Chen

pede os esforços de governadores e prefeitos para garantir as medidas de restrições de circulação e continua incentivando as aglomerações. Chen apontou ainda que enquanto Bolsonaro defende que as pessoas ‘vão para a rua’ ele coloca uma falsa contradição entre a defesa da vida e a economia.

“Além de não garantir condições para a população manter o isolamento, Bolsonaro defende ainda o chamado ‘tratamento precoce’, com medicamentos sem comprovação científica e uma boa dose

de charlatanismo, como uma ‘cura milagrosa’ contra a Covid-19”, destacou.

O líder estudantil lembra ainda que a equipe econômica do governo reduziu o valor do auxílio emergencial e reduziu o número de pessoas que tem direito ao benefício.

“Estamos vivenciando uma crise econômica sem precedentes, com milhões de desempregados e a fome batendo à porta de milhões de brasileiros. Não podemos permitir que isso continue”, pontuou.



Covas alertou para o aumento dos óbitos no mês de abril

## “Bolsonaro está fazendo darwinismo social, está a favor do vírus”, avalia Dimas Covas

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, criticou a condução da pandemia do presidente Jair Bolsonaro e apontou que “Ele está fazendo darwinismo social. Expõe as pessoas ao vírus: os resistentes sobrevivem e os outros morrem”.

Avaliando as posições de Bolsonaro em relação à pandemia, Dimas Covas afirmou que “O presidente acha que ficar em casa é coisa de maricas. Mas quando ele sai e leva seus seguidores para o meio da praça, ele está fazendo o jogo do vírus. Ele está fazendo darwinismo social. Expõe as pessoas ao vírus: os resistentes sobrevivem e os outros morrem”.

O Instituto Butantan, instituição do governo de São Paulo, é o maior produtor de vacinas contra a covid-19 do Brasil até o momento. No mês passado, produziu quase 1 milhão de doses por dia da CoronaVac, desenvolvida em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

Dimas Covas apontou que as mortes provocadas pela doença chegaram a 5 mil por dia no país e que não é realista esperar uma rápida aceleração da vacinação no país nos próximos meses.

Covas ainda demonstra na prática o boicote de Bolsonaro quanto a vacinação no país. Ao ser questionado sobre a chegada de insumo farmacêutico ativo (IFA) para produção de doses da CoronaVac aqui no Brasil, o presidente do Instituto Butantan explicou como a ação do presidente limita o avanço acelerado da imunização dos brasileiros.

“Nós terminamos o contrato de 46 milhões de doses com o Ministério da Saúde. O contrato é do dia 7 de janeiro. Estes 46 milhões vão ser entregues agora em abril. O segundo contrato [para fornecimento ao ministério de 54 milhões], foi assinado só em fevereiro. E uma

vez assinado, a programação que nós fizemos com a Sinovac foi de acordo com a disponibilidade de insumos. E com a disponibilidade da Sinovac era possível entregar os 54 milhões até setembro. Nós conseguimos adiantar o cronograma e vamos entregar até agosto. Mas isso [o prazo de produção das vacinas do segundo contrato] decorre da demora do ministério em acertar o contrato. A demanda pela vacina é muito grande e na hora que o contrato foi assinado o que havia disponível de matéria-prima dava para fazer esse cronograma”.

Dimas Covas ainda mostrou que o atraso do governo em assinar contratos para doses de vacina, tanto com o Instituto Butantan, tanto com qualquer outro laboratório produtor, será responsável para chegarmos em julho muito longe da imunização geral dos brasileiros.

“A primeira faixa relevante de vacinação do programa nacional de imunização é a população de idosos, acima dos 60 anos. Essa população do Brasil representa 30 milhões de pessoas. Na primeira faixa também estão os profissionais de saúde e outros profissionais. Mas para vacinar apenas os idosos, que representam 70% na mortalidade, são necessárias 60 milhões de doses. Hoje estamos com pouco mais de 40 milhões de doses em curso. Somando as do Butantan e da Fiocruz. Só o Butantan já integrou 36 milhões de doses. Então só para cobrir essa população de 60 anos, precisamos de mais de 20 milhões de doses. Se o Butantan entrega 10 milhões em abril, faltam ainda 10 milhões. A Fiocruz diz que vai entregar em abril 18 milhões. Se isso acontecer, ótimo. Poderá se completar a faixa dos mais de 60 anos e avançar nas demais faixas etárias”, explicou.

## Em audiência com OMS, Kátia Abreu defende quebra das patentes de vacinas contra Covid

Os presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, senadora Kátia Abreu e deputado Aécio Neves, reuniram-se de forma remota na quinta-feira (1), com o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom para tratar da situação da pandemia no Brasil. Eles defenderam a quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19 como forma de ampliar a produção e garantir a imunização da população.

“O Brasil cometeu até o momento graves equívocos ao não ter encomendado doses na hora certa e não ter tomado as medidas sanitárias necessárias. Espero que, no presente, não continuemos cometendo os mesmos erros do passado. Que sejamos parceiros na quebra da patente da vacina e que o governo tenha humildade para pedir apoio à OMS. Ainda há tempo de nos corrigirmos e evitarmos ainda mais mortes”, afirmou a senadora Kátia Abreu.

“O nosso esforço nesse momento deve se concentrar, por um lado, na busca da sensibilização dos principais atores internacionais para a necessidade de acelerarmos a oferta de vacinas e insumos aos países onde o contágio e as mortes vêm aumentando, como é o caso do Brasil. E por outro, devemos avançar na ampliação da nossa capacidade de produção interna, que será essencial à universalização da vacinação no país. A dependência que já temos hoje, poderá ser ainda maior e mais dramática no futuro”, disse o deputado Aécio Neves.

**COMPARTILHAR**  
A OMS afirmou aos parlamentares que o Brasil deve juntar-se à iniciativa proposta por Índia e África do Sul na Organização Mundial da Co-

mércio (OMC). A quebra da patente é prevista em casos emergenciais, nos art. 30 e 31 do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo de TRIPS) firmado pelos países membros da OMC. “Se este momento não for motivo para quebra de patente, quando será?”, questionou Tedros Adhanom.

A lei de patentes visa garantir os superlucros dos monopólios farmacêuticos em detrimento do acesso das populações mais vulneráveis à medicações e, no caso da pandemia do coronavírus, às vacinas.

A quebra de patentes dos imunizantes é defendida por mais de 100 países como a única forma de acelerar a sua fabricação em todo o mundo e garantir que mais países, principalmente os mais pobres, tenham acesso rápido aos imunizantes.

Além de Kátia Abreu e Aécio Neves, o senador Paulo Paim (PT-TS) também pediu a suspensão temporária de patentes de vacinas contra a Covid-19, em pronunciamento na terça-feira (30).

“Os países pobres, em desenvolvimento, ficam na dependência dos países ricos. A cura está em poucas mãos. Mais de cem países não receberam uma única dose sequer da vacina. São mais de 2,5 bilhões de pessoas”, afirmou Paim.

O senador ressaltou que a suspensão é necessária até que a vacinação em massa esteja em vigor e a maioria da população mundial esteja imune. Para ele, a OMC está discutindo ampliar o licenciamento de patente para outros países sem suspensão da propriedade intelectual.

O ‘apartheid’ de vacinas não pode continuar”, ressaltou Paim.

O senador cobrou do Congresso Nacional um posicionamento, recomendando ao governo brasileiro que tenha essa visão. Paim citou ainda o PL 12/2021, de sua autoria, que suspende a obrigação do Brasil de cumprir as seções do acordo Trips para combater a pandemia.

**VIA OPOSTA**

Porém, o governo Bolsonaro atua na contramão do movimento pela quebra da patente das vacinas.

No último dia 10 (de março), em reunião na Organização Mundial do Comércio, ele orientou sua delegação a defender contra a quebra de patentes das vacinas.

O Brasil foi o único país em desenvolvimento que se opôs abertamente na reunião à proposta da Índia e da África do Sul pela quebra das patentes pelo menos durante a pandemia de Covid-19. Com essa medida, fábricas no mundo todo poderiam produzir os genéricos das vacinas e salvar muitas vidas.

A delegação brasileira seguiu a reboque dos Estados Unidos e alguns outros países ricos. Os EUA são os principais opositores quebra da patente. O porta-voz de Bolsonaro afirmou que o Acordo de Trips (Propriedade Intelectual) fornece ferramentas e políticas para que os Estados membros tomem medidas de proteção à saúde. O Brasil teria capacidade de produzir as vacinas em grande quantidade com a quebra das patentes. O parque produtivo do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outros, além de laboratórios privados nacionais, como a União Química, por exemplo, poderiam abastecer o país e ainda exportar vacinas para os nossos vizinhos.



Cantora gospel Aline Barros na campanha contra a Covid-19

## Aline Barros grava para Campanha do Maranhão de Combate à Pandemia

Em vídeo veiculado na plataforma do Youtube, a evangélica participa da campanha do governo do Maranhão para esclarecer sobre medidas simples e diretas para evitar o contágio da Covid-19.

O propósito é ajudar a conter a expansão da virose que, neste mês de março ganhou ares de catástrofe ainda maior, matando mais de 3 mil pessoas por dia. O vídeo dura apenas 1 minuto e é bem simples, direto, gravado pela estrela da música Gospel, a evangélica Aline Barros.

Com isso, o mês de março se encerra com o montante de 66.868 óbitos. Isso é mais do que o dobro das mortes anotadas em julho de 2020, o segundo pior mês da pandemia — quando registramos 32.912 vítimas da doença.

“Vamos louvar juntos! E agradecer a Deus pela vida. Com gestos simples. Use máscara, evite aglomeração e mantenha sempre as mãos limpas. O governo do Maranhão está fazendo a sua parte. Trabalhando todos os dias para ampliar o atendimento nos hospitais. Já foram instalados 850 novos leitos só neste ano. Mas também contamos com a sua ajuda. Com muita fé em Deus e cuidando das nossas famílias vamos superar esse momento difícil”, diz Aline Barros no vídeo.

Com esta ação simples e objetiva, o governo maranhense busca sensibilizar principalmente o segmento evangélico sobre a necessidade de se proteger e proteger todos em volta.

Pesquisas recentes indicaram que, em razão da ação de algumas lideranças negacionistas que atuam no segmento, muitos evangélicos oferecem resistência em relação às medidas protetivas relacionadas ao combate ao coronavírus.



Agnaldo Timóteo faleceu aos 84 anos

## Cantor Agnaldo Timóteo falece vítima da Covid-19

O cantor Agnaldo Timóteo, uma das vozes mais conhecidas da música romântica brasileira, morreu de Covid-19, neste sábado (3), após 18 dias de internação no Rio de Janeiro. Ele tinha 84 anos.

O cantor iniciou a carreira na década de 1960 e se consolidou com canções românticas. Na política, teve mandatos como deputado federal e vereador em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Agnaldo estava internado desde o dia 17 de março na UTI do Hospital Casa São Bernardo, na Zona Oeste do Rio. Médicos acreditam que o artista de 84 anos contraiu o coronavírus no intervalo entre a primeira e a segunda dose da vacina.

No último dia 27, Agnaldo precisou ser intubado para “ser tratado de forma mais segura” contra a doença, segundo a família.

“E com imenso pesar que comunicamos o FALECIMENTO do nosso querido e amado Agnaldo Timóteo. Agnaldo Timóteo não resistiu às complicações decorrentes do COVID-19 e faleceu hoje às 10:45 horas. Temos a convicção que Timóteo deu o seu Melhor para vencer essa batalha e a venceu! Agnaldo Timóteo viverá eternamente em nossos corações! A família agradece todo o apoio e profissionalismo da Rede Hospital Casa São Bernardo nessa batalha”, disse a família, em nota.

Agnaldo Timóteo Pereira, mais conhecido como Agnaldo Timóteo, nasceu em Caratinga, no interior de Minas Gerais, em 16 de outubro de 1936. Apaixonado por música desde cedo, se apresentava em circo itinerantes que chegavam à cidade.

Passou a cantar em programas de calouros em rádios de Caratinga, Governador Valadares e Belo Horizonte. Ele conciliava as apresentações com o trabalho de torneiro mecânico. Em Minas, interpretava canções de Cauby Peixoto e ficou conhecido como “Cauby mineiro”.

Na década de 1960, se mudou para o Rio de Janeiro atrás de oportunidades na música e começou a trabalhar como motorista da cantora Angela Maria. Timóteo gravou seu primeiro disco após indicação da cantora em 1961, mas demorou a estourar.

Com o LP “Surge um Astro”, emplacou o hit “Mamãe” (versão de “La Mamma”, de Charles Aznavour) e passou a participar do programa “Jovem Guarda”. O início da carreira foi todo focado em versões de sucessos internacionais.

Com o álbum “Obrigado Querida”, lançado em 1967, alcançou o primeiro lugar nas gravadoras do país e seu primeiro grande hit foi “Meu grito”, canção de Roberto Carlos.

A partir de então, se consolidou como cantor romântico e lança outros sucessos como “Ave-Maria”, “Verdes campos” e “A galeria do amor”. Agnaldo Timóteo gravou mais de 50 discos, alternando entre o romântico e o brega.

Timóteo iniciou sua atuação como político em 1982, quando foi eleito deputado federal no Rio de Janeiro pelo PDT. Durante o mandato, brigou com Leonel Brizola e transferiu-se para o extinto PDS.



## Alesp amplia punição de Fernando Cury por assédio contra a deputada Isa Penna

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, na quinta-feira (1º), por unanimidade, a ampliação da punição do deputado Fernando Cury (Cidadania) por importunação sexual à deputada Isa Penna (PSOL) no plenário da Assembleia, em dezembro de 2020.

Após grande pressão da sociedade, o afastamento de 119 dias que havia sido determinado pela Comissão de Ética, e que mantinha a remuneração do deputado, foi ampliado para seis meses e sem salário.

Com a ampliação da pena, o suplente de Fernando Cury, padre Afonso Lobato (PV), poderá assumir o cargo e, inclusive, formar um novo gabinete, exonerando os servidores do deputado afastado.

Embora a pena não seja a esperada por amplos setores sociais, que pediam a cassação do deputado, a própria deputada e parte dos deputados consideraram a ampliação da suspensão uma vitória. Para que a cassação de mandato fosse aprovada, 48 dos 94 deputados teriam que votar a favor; mas, segundo avaliação da própria Isa Penna, a pena máxima teria apoio de apenas 44 deputados.

“Fico feliz, não posso deixar de sentir felicidade. Qualquer deputado e qualquer homem vai pensar duas vezes agora. A questão não é a quantidade de meses, mas a mensagem aos assediadores de que não é aceitável. É uma derrota para o machismo”, afirmou a deputada após a votação.

Embora considere a votação de ontem uma vitória, a deputada afirmou que não acha justa a pena de suspensão e que vai continuar lutando pela cassação do deputado.

“É lamentável que o possível dessa Casa seja seis meses. Eu não faço política no parlamento que eu quero, mas no que existe. É uma redução de danos que não seja aprovado aquele relatório [de 119 dias]. Para mim derrotar aquele relatório é importante para que eu ande de cabeça erguida”, disse.

“Não basta só termos uma Casa mais diversa, temos que ter uma Casa inclusiva, que acolha as demandas das mulheres”, afirmou Marina Helou, líder da Rede, durante reunião dos parlamentares que costurou as três propostas em discussão, antes da votação: cassação (defendida por Isa e aliados), cinco meses (defendida por parlamentares próximos de Cury e deputados conservadores e evangélicos), e afastamento de seis meses, que teve o maior número de apoios.

“Mulheres das mais diferentes ideologias da Assembleia concordaram que 119 dias é pouco, não é punição. É uma vitória parcial do movimento de mulheres, mas, infelizmente, a cassação não é possível”, afirmou Mônica Seixas, líder do PSOL.

“Digo em nome de todos da Casa: jamais houve operação de salvamento, jamais houve protectionismo ou cumplicidade de qualquer colega parlamentar em relação ao caso. [...] A Assembleia, com maioria absoluta entre seus parlamentares, dá um claro recado a toda sociedade. Não admite qualquer situação de assédio, seja contra mulher ou homem, orientação sexual, raça, credo ou idade”, afirmou o presidente da Assembleia, Carlião Pignatari (PSDB), após a votação.

## Lei Aldir Blanc de socorro ao setor cultural poderá ser prorrogada

Os trabalhadores da cultura beneficiados pela Lei Aldir Blanc podem ter prorrogados o auxílio emergencial e os prazos relacionados à aplicação e prestação de contas dos recursos. A Lei 14.017, de 2020, foi criada a partir de iniciativa do Congresso para socorrer, nos moldes do auxílio emergencial, o setor da cultura, fortemente atingido pela pandemia da Covid-19. O total destinado ao setor foi de R\$ 3 bilhões, pagos no ano passado.

É o que determina o PL (Projeto de Lei) 795/21, que estende os efeitos da Lei Aldir Blanc, aprovado pelo Senado, nesta quarta-feira (31). Do senador Wellington Fagundes (PL-MT), o projeto dá a estados e municípios mais tempo para a alocação dos recursos em projetos culturais já aprovados. A matéria ainda precisa ser votada pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A Lei Aldir Blanc destinou R\$ 3 bilhões ao setor na forma de renda emergencial, subsídio mensal para manutenção de espaços e para editais e chamadas públicas, entre outros benefícios, alcançando cerca de 700 mil trabalhadores. Os beneficiários deveriam prestar contas em até 120 dias após o recebimento da última parcela do subsídio.

A proposta estende por 2 anos esse prazo, ou seja, até o final de 2022. Além disso, a data limite para a devolução dos recursos não utilizados será prorrogada até dezembro de 2021.

No fim do ano passado, o governo federal prorrogou o prazo de uti-

lização dos recursos para o exercício financeiro de 2021, autorizando que os recursos ainda existentes sejam utilizados no decorrer deste ano, mas apenas para projetos já definidos em 2020.

É uma vitória importante para o setor cultural, tão atingido pela pandemia. É preciso garantir que a Cultura se mexa no Brasil e isso que nos moveu de maneira suprapartidária nessa comissão”, comemorou, na ocasião, a presidente do colegiado, deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

É acrescentou: “Para nós, essa extensão sempre foi totalmente legal, viável e possível”.

Para Wellington Fagundes, Lei Aldir Blanc, batizada em homenagem ao escritor e compositor que faleceu de Covid-19 em maio de 2020, foi uma “resposta corajosa, contundente e à altura da crise de saúde pública enfrentada”. Fagundes observa, porém, que a pandemia não acabou e, por isso, o socorro ao setor deve ser reforçado.

“Pelo contrário, [a pandemia] apresenta forte tendência de alta com níveis recordes da média móvel diária de mortes. Espaços culturais continuam fechados, casas de espetáculos têm acesso restrito ou proibido, e trabalhadoras e trabalhadores da cultura continuam em grave situação social e econômica”, disse o senador quando o projeto foi apresentado no início deste mês. Fagundes também é relator da comissão temporária que acompanha as medidas de enfrentamento à Covid-19.

# ‘PEC 32 prejudicará quem mais precisa dos serviços públicos’



‘Trabalho terceirizado e precário serão as consequências dessa reforma’



Projeto de 2011 é reivindicação histórica do movimento de mulheres

## Senado aprova equidade salarial entre homens e mulheres com multa a infrator

O Senado aprovou, nesta terça-feira (30), o PLC (Projeto de Lei da Câmara) 130/11, que institui multa para empresa que submeter mulheres à desigualdade salarial. Texto segue para sanção presidencial.

O projeto insere na legislação trabalhista (CLT) a previsão de multa por discriminação salarial entre os sexos. Assim, a empresa multada deverá compensar a funcionária alvo da discrepância com o pagamento de valor correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período de contratação. A proposta foi relatada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O texto altera a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para estabelecer multa, em favor da trabalhadora alvo da discriminação, equivalente a cinco vezes o valor das diferenças salariais constatadas durante o período de contratação.

Há uma contradição no contexto desse debate e até mesmo no projeto em si, embora a ideia do autor, corroborada pelo relator, e aprovada pelo Congresso, seja meritória e de longo alcance social.

A contradição é que para a lei ter efetividade real é preciso fiscalização rigorosa e permanente do Estado brasileiro, por meio da Auditoria Fiscal do Trabalho, que a bem da verdade não é prestigiada pelo governo e faz tempo.

O mesmo Congresso que acaba se aprovar e enviar à sanção presidencial este projeto de lei é o que debate a Reforma Administrativa (PEC 32/20), que pretender diminuir o tamanho e o papel

do Estado nacional.

Isto é, caso a contrarreforma que está em discussão na Câmara dos Deputados seja aprovada, segundo os interesses do governo e do mercado, o projeto ora aprovado não terá efetividade. Será “letra morta” ou para “inglês ver”, já que o Estado não terá meios efetivos de fiscalizar o cumprimento da norma legal. Claro, se o presidente da República não vetá-lo.

“Não se trata apenas de desabonar simbolicamente tal prática reprovável, mas de fazer sentir o infrator todo o peso da reprobabilidade social de sua conduta. Nesse sentido, é lícita a adoção de multa consideravelmente pesada”, destaca Paulo Paim no seu relatório.

Em relação à limitação do cálculo da multa, o senador lembra que o prazo prescricional das obrigações trabalhistas é dado pela Constituição, cujos dispositivos não podem ser alterados por lei ordinária.

O texto a ser votado pelos senadores acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 401 da CLT, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Em seu relatório, Paim ressalta que a discrepância salarial entre homens e mulheres é amplamente reconhecida e cabalmente demonstrada pelas estatísticas do trabalho.

“Em 2019, na média, as mulheres receberam 77,7% da remuneração dos homens. Essa é uma média agregada nacional e desconsidera significativas variações decorrentes de diversos fatores, como os geográficos (a discrepância é menor no Sude-

te e mais elevada no Norte), a raça (a diferença é maior, como podemos imaginar, para as mulheres negras), e — curiosas, mas significativamente — a natureza das funções exercidas, sendo que a diferença para funções de chefia é ainda mais elevada que a média”, observa Paim.

O senador destaca que essa diferença não tem sido reduzida. Pelo contrário: há uma lenta elevação desde 2016, que deve ter se acelerado durante o conturbado período da pandemia da Covid-19.

“Efetivamente, já temos dados que indicam que o desemprego decorrente da pandemia é mais elevado entre mulheres que homens, bem como sabemos que a participação feminina é mais elevada no setor de serviços, mais ampla e duramente afetado pela pandemia, comparativamente com os setores primário e secundário, mais resilientes e com participação masculina maior”, ressalta Paim.

“Por essa razão, a multa é fixada em valores tão elevados, não se trata apenas de dar uma indicação, mas de se demonstrar todo o peso da reprovação social ao empregador infrator. Entendemos que a proposição deve ser aprovada. Naturalmente, temos consciência de que a discrepância salarial de gênero tem profundas raízes sociais e culturais e que a mudança legislativa é incapaz, individualmente considerada, de eliminá-la. No entanto, nessa luta da mais elevada Justiça, qualquer contribuição positiva é válida”, conclui Paulo Paim em seu relatório.

## “Igualdade salarial é uma conquista histórica”, afirma Confederação das Mulheres do Brasil

Destacando a longa batalha das mulheres brasileiras pela igualdade salarial, empreendida, em especial, pelas entidades femininas, sindicais e de trabalhadores e centrais sindicais, a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) comemorou a aprovação, na terça-feira (30), do PLC (Projeto de Lei da Câmara) 130/11, que institui multa para empresa que submeter mulheres à desigualdade salarial.

Em carta de agradecimento enviada ao Senado Federal pela aprovação naquela Casa, a CMB lembra que, em 2012, quando a proposta já tramitava nas comissões da Câmara, a entidade esteve no Congresso pleiteando a aprovação do PLC.

“De lá para cá foram 10 anos de lutas nas ruas e no Congresso Nacional. Sem dúvida, ontem foi um dia histórico”, afirma a CMB.

Referindo-se, primeiramente, à necessária sanção presidencial ao projeto, e à fiscalização rigorosa do Estado para que a lei de fato seja efetivada, a entidade afirma que a desigualdade salarial, que leva mulheres a receberem até 30% a menos, “é uma excessância que será definitivamente derrotada com a sanção e rigorosa fiscalização que, sem dúvida, a unidade das mulheres brasileiras se encarregará de garantir”.

O projeto prevê que, caso a empresa faça discriminação salarial entre homens e mulheres, ela deve compensar a mulher que recebe menos pelo mesmo trabalho com o valor correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período de contratação.

A CMB agradece, “em especial ao Senador Paulo Paim-RS”, relator do projeto, e “à Senadora Simone Tebet-MS,

atual líder da bancada feminina no Senado, à Senadora Zenaide Maia-RN, ao Senador Randolfe Rodrigues-AP e à inesquecível ex-Senadora Ana Rita - ES, que também foi relatora da histórica CPI da Violência contra a Mulher realizada pelo Senado Federal”.

A entidade faz um apelo para que o Senado seja o primeiro, caso o projeto seja sancionado pelo presidente, a implementar a lei em seus quadros de servidores, “sendo exemplo para outras instituições”.

“Cremos que essa atitude vai elevar a Casa perante a população brasileira. Precisamos da lei e de bons exemplos com URGÊNCIA. Não suportamos mais esperar. São 10 anos de muita luta para aprovação do PLC 130/2011”, finaliza a carta, assinada pela presidente da entidade, Gláucia Morelli.

Paulo Lino, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), alertou contra projeto de reforma do governo

A reforma administrativa (PEC 32/20) proposta pelo governo Bolsonaro tem sido alvo de inúmeras críticas dos servidores e de amplos setores da sociedade, que denunciam como o projeto levará à destruição dos serviços públicos.

A proposta do governo federal pretende alterar o regime de contratação dos servidores, acabando com concursos, permitindo contrato por tempo determinado e terceirizado, congela os salários existentes e desvaloriza a remuneração das novas contratações, além de acabar com a estabilidade do funcionalismo.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Paulo Lino Gonçalves, a PEC vai destruir o serviço público como conhecemos.

“Os impactos serão enormes. Podemos dizer que é o fim do serviço público como hoje existe, que é voltado para o Estado e para a sociedade e o início de uma nova era, onde o patrimonialismo se consolidará. Será a troca de servidores que dedicam a quase totalidade de sua vida laboral à carreira que pertencem, servindo ao Estado e para a sociedade brasileira, por funcionários com contrato temporários, sem estabilidade, terceirizados, com salários aviltados, obviamente com interesses muito mais pessoais do que o de ser o agente público capaz de garantir os direitos sociais do cidadão”, afirmou Lino ao HP.

Sustentada pela falácia de que essa “reforma” vem para melhorar a efetividade do serviço público, a proposta “traz em seu bojo um novo arrocho fiscal, penalizando mais uma vez os servidores e, principalmente, a sociedade brasileira, que, infelizmente, em sua grande maioria, depende dos serviços públicos, devido à sua vulnerabilidade econômica, que serão extremamente precarizados”, denuncia Lino.

O argumento do governo é o mesmo aplicado na defesa das “reformas” trabalhistas e previdenciárias, “que se não for feita, o país vai quebrar” e que se pretende “corrigir” distorções e privilégios. Na verdade, a proposta tem como premissa a retirada de direitos e de mecanismos importantes que garantem o bom funcionamento dos serviços públicos, como é o caso da estabilidade do funcionalismo que blinda os servidores dos assédios e pressões políticas que buscam atender interesses particulares às custas dos interesses da sociedade.

“A estabilidade não pode ser flexibilizada, ela não é do servidor; ela é um direito da sociedade. Os servidores públicos trabalham para o Estado e para a população. A estabilidade não é pessoal, não pode ser diferente para este ou para aquele servidor. Todos precisam ter a independência para poder cumprir suas tarefas com o rigor técnico necessário, não se obrigando a uma relação de subserviência a governantes do momento”, defende Lino.

“Assim como nesses momentos [das demais reformas], nenhum programa de desenvolvimento econômico é apresentado. Ao governo, parece, só interessa cortar despesas primárias e manter as despesas financeiras com a rolagem da dívida. Recuperar a economia, criar empregos e revisar a tributação, por exemplo, são fatores dispensáveis”, continua.

A PEC 32, se aprovada, fragilizará as instituições públicas brasileiras com a não reposição de pessoal, e estabelecendo modalidades de vínculo que remetam ao mesmo modelo de precarização do trabalho aprovado na “reforma” trabalhista que afetou os funcionários do setor privado, como o trabalho

temporário e terceirização de atividades fins.

“Se formos olhar especificamente para as carreiras de servidores do Banco Central do Brasil, diria que, juntamente às perdas do funcionalismo, há uma perda muito maior para a própria Instituição. O BC acaba de completar 56 anos de vida e somos hoje uma referência pela qualidade dos serviços prestados e pela idoneidade da Instituição, reputação conquistada, não temos recebido nenhum em dizer, graças ao seu corpo funcional”, alerta o presidente do Sinal.

“Mas essa reputação tem uma receita que passa pela contratação apenas por concursos públicos específicos, onde se exige alta qualificação para o preenchimento de vagas em carreiras exclusivas do Banco Central, para prestação de atividades exclusivas de Estado e as funções comissionadas são exclusivas para os servidores das carreiras do BC, vedando-se até mesmo o instrumento da redistribuição (de servidores) “de” e “para” o Banco Central do Brasil. De fora da Instituição, e passagens, só o presidente e alguns diretores que, mesmo indicados pelo Presidente da República, são sabatinados pelo Senado Federal antes de sua nomeação”, completa.

Para o presidente do Sinal, é difícil acreditar que com “funcionários por tempo determinado, terceirizados, alta rotatividade, indicações externas ao quadro para cargos de liderança, que a grosso modo, oferece a oportunidade de termos chefiando a fiscalização do Banco Central um funcionário indicado pelo “mercado”, iremos melhorar a efetividade da Autarquia, construída por todos os servidores, ao longo de sua história, sobre alicerces que blindavam suas carreiras de forma a garantir a independência no exercício de suas funções”.

Lino explica que as entidades representativas do funcionalismo não estão medindo esforços para denunciar os prejuízos que a reforma administrativa provocará na oferta de serviços públicos. “O Fonacate – Fórum das Carreiras Típicas de Estado e o Fonasef – Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais, dos quais o Sinal faz parte, aliados a outros movimentos políticos e sociais, têm procurado dar conta dessas tarefas”, disse.

“No Congresso Nacional, contamos com a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, coordenada pelo deputado Prof. Israel Batista (PV/DF) e a Frente Parlamentar do Serviço Público, coordenada pela deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que têm sido as “pontas de lança” no trabalho de convencimento dos parlamentares, reforçando a atuação das entidades sindicais, que mesmo com as dificuldades impostas pelo trabalho remoto dos deputados federais e senadores, têm feito contatos com cada um, tanto em Brasília (DF), como em suas bases eleitorais”, conta o presidente do Sinal.

“Diante da dificuldade do trabalho de rua, devido ao isolamento social, mais que necessário por conta da pandemia da Covid-19, as entidades têm concentrado os esforços em campanhas de comunicação, reuniões virtuais ampliadas, carreiras seguras e outras formas possíveis para o momento, buscando levar à população o conhecimento sobre como será ruim para todos o fim do serviço público como hoje existe, e mostrar os verdadeiros interesses desse projeto, que é o de, mais uma vez, privilegiar a iniciativa privada”, completou.

RODRIGO LUCAS



## Draghi, premiê italiano, autor da denúncia AstraZeneca não entrega 62,5% das vacinas e “prejudica imunização na União Europeia”, denuncia a Itália

“Os cidadãos europeus se sentem enganados por algumas empresas farmacêuticas”, denunciou o primeiro-ministro da Itália, Mario Draghi, referindo-se principalmente à AstraZeneca que produz o imunizante conhecido como ‘a vacina de Oxford’ e que das 5,35 milhões de doses contratadas para entrega no primeiro trimestre fez chegar aos italianos apenas 2,75 milhões.

Em declaração durante sessão virtual da Comissão Europeia na quinta-feira (25), Draghi anunciou o bloqueio de um carregamento de vacinas da AstraZeneca que estava prestes a embarcar, como exportação da empresa para a Austrália, 250 mil doses de sua vacina.

O primeiro-ministro italiano acrescentou que “não se pode ficar parado diante das violações contratuais que prejudicam gravemente a campanha de vacinação da União Europeia”.

Na reunião do dia 25 Draghi liderou uma reação da União Europeia aos atrasos da farmacêutica inglesa que, de 80 milhões de doses contratadas, só entregou 30 milhões ao conjunto dos países que compõem o bloco.

Com isso, o comissário da UE para o Mercado Interno, Thierry Breton, declarou que as exportações ao Reino Unido da vacina da AstraZeneca, produzidas em sua fábrica na cidade de Leyden, na Holanda, estão suspensas “até que a empresa cumpra com seus compromissos contratuais para com a UE”.

## Erro em fábrica de Baltimore arruína 15 milhões de doses da vacina da Johnson & Johnson

Cerca de 15 milhões de vacinas contra a Covid-19 foram perdidas devido a um erro numa fábrica da farmacêutica Johnson & Johnson em Baltimore, nos Estados Unidos. A falha obrigou a multinacional a atrasar o envio de doses às autoridades estadunidenses, que só não se vê mais comprometido devido a que parte da produção é feita nos Países Baixos.

A unidade de Baltimore é uma das dez sub-contratadas da Johnson & Johnson, a Emergent BioSolutions, sócia da AstraZeneca.

O que está sendo investigado é como teria acontecido a mistura de ingredientes das duas vacinas diferentes contra o coronavírus há várias semanas, contaminando e comprometendo a fabricação do produto, como informa o “The New York Times”.

Era esperada para

## Líder indígena do Equador declara “respaldo absoluto” à candidatura de Arauz

O líder da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), Jaime Vargas, manifestou neste sábado o “respaldo absoluto” à candidatura de Andrés Arauz, da União pela Esperança (UNES), à presidência. As eleições serão realizadas no próximo domingo e colocam de um lado o jovem economista, ex-ministro de Rafael Correa, e do outro o banqueiro Guillermo Lasso.

Durante a reunião celebrada na comunidade Kofán Dureno, na província amazônica de Sucumbios, o presidente da Conaie afirmou a necessidade de o governo começar a atender as demandas dos povos indígenas, que não podem continuar sendo atropelados pelos caprichos de alguns poucos. Vargas sublinhou que esta é uma decisão coletiva e que os indígenas querem ver cumprido este compromisso com a educação intercultural e com a liberdade dos mil perseguidos políticos. “São propostas que nascem desde os sentimentos profundos dos nossos povos,

de homens, mulheres e crianças”, ressaltou.

O apoio do movimento indígena é considerado fundamental, não apenas do ponto de vista eleitoral, como político, pelo seu histórico de lutas. Os indígenas lideraram em outubro de 2019 uma revolta que deixou 11 mortos e mais de 1300 feridos e também participaram das revoltas populares que derrotaram três presidentes entre 1997 e 2005.

Arauz agradeceu o apoio das nacionalidades indígenas e publicou no Twitter: “Estamos construindo a unidade nacional, colocando o Equador à frente”. A mensagem foi ilustrada com uma fotografia em que levanta as mãos junto a Vargas.

Após a derrota do seu candidato, Yaku Pérez, no primeiro turno, em 7 de fevereiro, a Conaie inicialmente havia defendido o voto nulo. Cerca de 13 milhões de equatorianos vão às urnas para eleger o sucessor do neoliberal Moreno, cujo período de mandato de quatro anos será concluído no próximo 24 de maio.

# Arce: “fortalecer com o Mercosul a integração e a independência”



## Arce disse não à “integração que nos encerra em nossa condição de produtores de matéria-prima”

## Central chilena repudia tentativa do governo de forçar doentes com Covid a trabalho em home office

A Central Unitária de Trabalhadores do Chile entrou com uma ação na Controladoria Geral da República na última quarta-feira (31) contra circular do Ministério da Saúde que autoriza o trabalho em home office para enfermos com Covid. A entidade defende que sejam adotadas medidas com urgência a fim de tornar ineficaz o dispositivo do governo de Sebastián Piñera.

No requerimento, a Central condena a medida ministerial por ser “absolutamente ilegal e atentatória contra os direitos fundamentais dos trabalhadores”. “Ilegal, porque a Subsecretaria da Saúde não tem competência legal para instruir contra a Justiça, infringe a legislação vigente e viola direitos fundamentais, pois atropela o direito humano ao descanso por motivo de doença e o direito inalienável do trabalhador à licença médica”. Para o secretário-geral da CUT, Nolberto Díaz, “estão

pretendendo fazer recuar direitos fundamentais dos trabalhadores, como o direito ao descanso durante a licença médica e o direito de poder cuidar de sua saúde, mesmo quando ela está em risco”. Com isso, assinalou, o governo de Piñera, continua confirmando que está absolutamente alinhado ao poder econômico.

Na avaliação do advogado trabalhista Pablo Zenteno, responsável pelo Programa de Diálogo Social e Tripartismo da Fundação Instituto de Estudos do Trabalho (FIEL), os argumentos da Central estão baseados em três pontos, entre eles o fato de que a circular ministerial assinala que “de comum acordo com o empregador”, o empregado pode teletrabalhar “ainda quando estiver infectado pelo coronavírus”. Tal questão, nas “relações completamente assimétricas entre trabalhador e empregador”, apontou o advogado, é obviamente imposta pelos interesses do capital.

## EUA saqueia petróleo e trigo da Síria que atravessa escassez de produtos básicos, denuncia Rússia

A Rússia denunciou que os EUA estão engajados em uma operação em grande escala para contrabandear petróleo e grãos para fora da Síria, enquanto a população do país devastado pela guerra sofre de uma aguda escassez de produtos básicos.

“Continuam chegando relatórios de que comboios americanos estão transportando petróleo e grãos da Síria para o Iraque diariamente. A informação [que] recebemos sugere que 300 caminhões-tanque de petróleo e mais de 200 caminhões de carga com grãos cruzaram a fronteira Síria-Iraque desde o início do mês de março”, disse o vice-ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Vershinin, em uma reunião virtual do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação humanitária na Síria no início da semana.

Ele acrescentou que em um momento em que “os sírios estão sofrendo de escassez aguda de produtos básicos, incluindo pão e petróleo, um grande fluxo de recursos naturais contrabandeados da Síria está fluindo da região Trans-Eufrates controlada pelos EUA, enquanto a Síria está simultaneamente sufocada com sanções unilaterais que são essencialmente uma forma de punição coletiva.”

“E nas áreas situadas no norte da Síria, que não estão sob o controle do governo de Damasco, que é mais difícil a situação humanitária, destacou o diplomata russo.

“Hoje, a esmagadora maioria dos sírios [nessas áreas], mais de 90%, vive abaixo da linha da pobreza, 60% estão desnutridos e dois milhões de crianças não têm acesso à educação”, acrescentou Vershinin.

Ele responsabilizou os terroristas que controlam a região de Idlib por impedirem o acesso de civis à ajuda humanitária e dificultarem seu êxodo da região através dos corredores especiais criados para facilitar sua saída.

Os países ocidentais – advertiu – estão “politizando a questão da assistência humanitária à Síria” e “endurecendo as sanções” contra o país dilacerado pela crise, isso em meio ao surto de Covid-19.

Em sua intervenção nas comemorações dos 30 anos do Mercosul, o presidente boliviano afirmou “a necessidade da construção de uma integração emancipadora, que é a única maneira para que sejam alteradas as relações entre centro e periferia”

LUIS ARCE CATAORA

Há alguns dias, na cúpula de chefes de Estado para celebrar os 30 anos da assinatura da criação do Mercado Comum do Sul, a Bolívia reiterou sua vontade e aspiração de ser membro do bloco de integração.

“Agora, ao participar desta atividade da Bancada Progressista do Parlamento do Mercosul, quero incorporar alguns outros elementos adicionais que nos parecem fundamentais para avançar na materialização dos sonhos integracionistas que nos acompanham desde o amplo olhar dos povos indígenas e desde as históricas façanhas independentistas de nossos povos.

Não esqueçamos que antes da chegada dos europeus esta parte do mundo se chamava abya yala e abrangia a todos os povos indígenas, desde o Norte até o Sul. E que, neste mesmo território, séculos depois, foram celebradas batalhas para alcançar a independência de todos os países que formam hoje a América Latina e o Caribe.

Por isso, a luta permanente pela integração forma parte da agenda pendente e urgente da América Latina e do Caribe.

Não há integração, se não há independência.

Portanto estamos falando da construção e desenvolvimento de uma integração substantiva e não retórica, de uma integração emancipadora e não subordinada, que é a única maneira para que sejam alteradas as relações centro-periferia. Para dar lugar a uma ordem mundial e continental que seja benéfica aos seres humanos e à natureza.

A integração subordinada aumenta as brechas entre as nossas nações do Sul com as do Norte, impede a diversificação de nossas economias, nos encerra em nossa condição de produtores de matérias-primas, aumenta as desigualdades sociais e nos deixa prisioneiros do conceito neoliberal de mercado e globalização.

A integração subordinada não mudou na essência nossas relações de dependência em distintos graus com os países do capitalismo central, seja no período do “velho regionalismo” e muito menos no período do “novo regionalismo”.

Por isso, aspiramos a uma integração emancipadora, substantiva e efetiva, na que não só se garanta a livre circulação do capital, mas que se deem plenas condições e garantias à livre circulação dos seres humanos. Ao avanço progressivo de um conceito de cidadania mais amplo, mais universal, em que se produzam relações de complementaridade, colaboração, amizade e reciprocidade, em todos os campos da vida: econômicos, políticos, culturais, sociais e outros.

Este tipo de independência é cada vez mais uma necessidade histórica para os Estados e povos enfrentarem em melhores condições as ameaças e desafios que impõem o capitalismo. Além disso, somente este tipo de integração poderá conduzir as nações do Sul a enfrentarem favoravelmente os eventos econômicos e sociais gerados pela pandemia.

Observamos, impotentes, como enquanto na União Europeia finalmente se puseram de acordo para constituir um fundo de bilhões de euros para ativar sua recuperação econômica, e nos Estados Unidos sucede o mesmo, na América Latina e no Caribe

cada país está à sua própria sorte e com o seu próprio esforço.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), que é bastante rápida quando se trata de atacar ou adotar planos de ingerência nos nossos países, não tomou qualquer iniciativa para que a situação dos seus Estados-membros seja menos vulnerável. Por isso, necessitamos a integração substantiva e efetiva o mais rápido possível.

Desde esta perspectiva, quero referir-me agora à importância do Mercosul como bloco regional e de como pensamos que deve constituir-se este bloco de integração, voltado ao futuro, que são as inquietudes principais deste encontro.

Primeiro: o Mercosul será importante na medida em que ofereça respostas reais e em condições de igualdade a todos os países-membros que o integram, pois disso depende a possibilidade de elevar o nível de vida material e fazer realidade os sonhos dos nossos povos.

De nada servirá que o Mercosul supere os 290 milhões de habitantes e que, depois de China e Índia seja a terceira maior população do planeta e represente um mercado imenso, se sua visão, suas estratégias e planos não se encaminham para superar a extrema pobreza, a desigualdade social, as limitações à participação política e o desconhecimento da nossa diversidade cultural. Se não avançamos nesta direção, estamos ante um dado frio que nos diz pouco.

Segundo: o Mercosul será cada vez mais importante se desempenhar o papel de ponte com outros mecanismos de integração e concertação política que existem na América do Sul e em toda na América Latina e o Caribe.

Não é mal que existam vários mecanismos de integração que obedeçam a necessidades concretas e que surgiram em momentos específicos da nossa história. O mal é que esses mecanismos não dialoguem e não se articulem com outros similares que existem em um mesmo território, historicamente determinado.

E com modéstia e humildade, e ao mesmo tempo com convicção, a Bolívia pode ser uma contribuição efetiva nesta direção. Por um lado, pelo lugar privilegiado da região sul-americana. Por outro, pelo papel geopolítico que começamos a desempenhar desde janeiro de 2006, a favor da amizade, da paz, da colaboração e da complementaridade de nossos povos. A Bolívia como território de paz, segundo estabelece a nossa Constituição Política do Estado, aprovada em 2009, pode, deve e quer desempenhar um papel articulador nas relações entre o Mercosul e a Comunidade Andina das Nações (CAN).

Terceiro: o Mercosul deve constituir-se como um bloco que desde o seu interior e até fora reivindicada a natureza diversa dos países que o integram. Isso implica reconhecer como um Mercosul Plurinacional e, se o faz, será um grande passo para pensar primeiro na América do Sul, depois na América Latina e o Caribe como um território plurinacional.

Quarto: É pensar num Mercosul que em um âmbito mais reduzido materialize o que a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) aprovou em 2014, em Havana, ao



Presidente Luis Arce

declarar, por unanimidade, a América Latina e o Caribe como um território de paz. Daí a necessidade deste Mercosul que levante as bandeiras da integração, faça eco de aspirações similares de outros mecanismos de integração e concertação política como a CAN, o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom) e, ojalá, com o impulso da União das Nações do Sul (Unasul).

Quinto: um Mercosul plural e democrático, que seja garantia, junto a outros mecanismos de concertação política e integração, dos princípios de não ingerência e de não intervenção. Em nosso continente temos o imperialismo mais poderoso que conheceu a humanidade e, ainda que sua hegemonia esteja em decadência, é uma ameaça real à democracia e à paz. Os bolivianos e bolivianas vivemos isso em novembro de 2019.

Nossa aspiração é ter uma relação de mútua colaboração e respeito entre todos os países do continente, o que inclui os Estados Unidos. Mas isso somente poderia ser uma realidade na medida que consigamos uma espécie de equilíbrio de poderes e de respeito entre países. Para isso, a contribuição do Mercosul e de outros mecanismos de integração é fundamental.

Para finalizar, quero referir-me muito brevemente à importância que tem o Mercosul para a Bolívia. Se a Bolívia chegar a ser membro pleno deste bloco, poderá ser parte dos projetos conjuntos de desenvolvimento, dos encaixamentos produtivos e comerciais, e superar os obstáculos não-tarifários que atualmente travam nossas exportações.

Da mesma forma, terá melhores condições para negociar e estabelecer acordos comerciais em conjunto com outros países, com a União Europeia, Ásia e Eurásia. Significará para todos um grande impulso ao projeto do corredor ferroviário bioceânico central, que fará realidade a articulação do Pacífico com o Atlântico, permitirá melhorar a logística do comércio exterior entre nossos países e seus potenciais sócios de fora do bloco.

E representará um verdadeiro aproveitamento da hidrovia Paraguai-Paraná como saída ao Oceano Atlântico. Por isso, estimados presidentes, ex-presidentes e parlamentares, tenham a plena segurança que a Bolívia quer ser parte do Mercosul, quer ser um elo mais da cadeia de Estados e povos que busca a integração substantiva e efetiva, a paz em todos os campos, o crescimento com justiça social e a democracia libertadora.

Muito obrigado.

Tradução: Leonardo Severo

# Coronel dos EUA expõe plano da CIA de manipular uigures contra a China



Assange recebeu carta do Papa na prisão

## Papa Francisco se solidariza com o jornalista Julian Assange

O fundador do WikiLeaks, Julian Assange, recebeu na prisão uma mensagem pessoal do Papa Francisco no início da Semana Santa, divulgou sua companheira, Stella Moris, em mensagem que circula na terça-feira (30) nas redes sociais.

Embora não tenha revelado o conteúdo da carta, Moris disse no Twitter que o texto foi entregue a Assange no Domingo de Ramos pelo padre da prisão de Londres onde o jornalista australiano está confinado desde abril de 2019, aguardando o fim de um processo de extradição apresentado pelos Estados Unidos.

“Depois de uma noite difícil, Julian acordou com uma mensagem gentil e pessoal do papa Francisco entregue na porta de sua cela pelo padre da prisão”, escreveu.

O governo dos Estados Unidos pretende extraditar Assange para julgá-lo por 17 acusações manipuladas de espionagem e uma de conspiração para cometer pirataria informática, o que, no total, acarretaria uma pena máxima de 175 anos de prisão.

As acusações são baseadas na corajosa denúncia no WikiLeaks de milhares de arquivos secretos que revelaram crimes de guerra cometidos por tropas americanas no Iraque e no Afeganistão, e avaliações comprometedoras feitas por diplomatas do Departamento de Estado sobre governos estrangeiros e líderes políticos, entre outros documentos.

No dia 4 de janeiro, a juíza britânica Vanessa Baraitser rejeitou em primeira instância a extradição de Assange devido ao seu estado de saúde e pelo risco de correria sua vida caso fosse enviado para os Estados Unidos.

Menos de 48 horas depois, no entanto, a mesma magistrada recusou-se a conceder-lhe a liberdade sob fiança e decidiu que ele deve esperar na prisão para que seu destino seja decidido em um processo de apelação que ainda não tem data de início nos tribunais britânicos.

Stella Moris, com quem Assange tem dois filhos, retuitou uma mensagem de um padre australiano, o padre Dave, protestando contra a “prisão e tortura” de Assange. “... é realmente o assassinato da liberdade de expressão... Eles punem o homem que está denunciando atividade criminosa por dizer a verdade”, tuitou o Padre.

Gene Blevins/Reuters



Falhou a quarta tentativa do foguete Starship

## Teste de foguete de Musk acaba em fogo e estilhaços

O quarto teste do protótipo do foguete Starship da SpaceX, SN11, do bilionário Elon Musk, “aparentemente falhou durante uma tentativa de aterrissagem na terça-feira (30)”, segundo as agências de notícias. “Uma explosão alta pôde ser ouvida de Isla Blanca Park em South Padre Island, Texas, EUA, mas o nevoeiro tornou impossível ver o que aconteceu depois do lançamento do foguete”.

“Para o programa SpaceX/Starship de Elon Musk, mais fumaça, fogo e estilhaços”, descreveu o Washington Post. O centro de controle da SpaceX relatou a perda de dados da nave espacial pouco depois de imagens de múltiplas câmeras também terem falhado.

Musk, que especula em Wall Street embalado pelas promessas de peripécias espaciais e pelos automóveis autônomos Tesla, encontrou um motivo de regozijo: “pelo menos a cratera está no lugar certo”.

Ainda segundo ele, “algo importante aconteceu” no momento da descida. “Vamos saber o que aconteceu assim que pudermos examinar os fragmentos no final do dia”.

O foguete SN11 foi lançado das instalações da empresa no sul do Texas por volta das 13 h GMT (10h de Brasília) e iniciou a subida de 10 quilômetros, com algumas falhas de vídeo.

Na fase de descida, o sinal de vídeo foi perdido novamente. “Perdemos o relógio em T mais cinco minutos, 49 segundos”, afirmou o locutor da SpaceX John Insprucker, em referência ao tempo transcorrido desde a decolagem. “Parece que tivemos outro teste emocionante do Starship Number 11”, completou, de maneira seca. O SN8 e o SN9, que foram lançados em dezembro e fevereiro respectivamente, caíram durante o pouso e explodiram, enquanto o SN10 mal pousou, explodiu, no teste de 3 de março.



Wilkerson ajudou a redigir as mentiras usadas por W. Bush para invadir o Iraque

## Vacina Sputnik V pode ser adaptada contra as novas cepas em dois dias

O diretor do Centro Nacional de Pesquisa de Epidemiologia e Microbiologia Gamaleya da Rússia, Aleksandr Gintsburg, informou que os cientistas do centro realizaram desenvolvimento tecnológico, capaz de garantir, em dois dias, eficácia contra cepas variantes do vírus da Covid-19.

A nova tecnologia modernizadora da Sputnik V segue usando o sistema de vetores de adenovírus, usado originalmente para a produção da vacina russa que começará a passar por ensaios clínicos nas três fases.

“É a mesma tecnologia baseada em vetores de adenovírus, onde na sequência de proteína S, com a estrutura inicial alterada, literalmente em um dia é sintetizada uma sequência nova e no dia seguinte é implantada dentro do vetor já usado. Praticamente, você tem uma construção de engenharia genética que pode ser usada como um medicamento de vacinação”, explicou Gintsburg.

“Se a vacina incrementalmente fornece o mesmo efeito de proteção adequado, mas contra uma nova cepa, é

possível começar sua produção em massa. Espero que ações semelhantes sejam aprovadas em nosso país”, disse o cientista.

O diretor do Centro Gamaleya revelou que a Sputnik V produziu resultados expressivos contra novas mutações do coronavírus, incluindo variantes do Reino Unido e da África do Sul, e que o estudo e a pesquisa sobre os aprimoramentos prosseguem.

Além da Sputnik V, primeiro imunizante a ser registrado, a Rússia registrou a vacina EpiVac-Corona, desenvolvida pelo Centro Estatal de Pesquisa de Virologia e Biotecnologia Vektor, e a vacina CoviVac, do Centro Federal de Pesquisas Chumakov.

Austria está em negociações com a Rússia para comprar um milhão de doses da vacina Sputnik V. O primeiro-ministro Sebastian Kurz acredita que o país pode voltar à vida normal em três meses, desde que haja uma aceleração da campanha de vacinação, o que apenas será possível se Viena comprar a vacina russa, afirmou no

sábado (03) durante coletiva de imprensa, segundo o jornal local Kleine Zeitung.

“Cada cidadão austríaco terá a oportunidade de receber pelo menos a primeira dose da vacina nos próximos 100 dias”, avaliou Kurz. “Se usarmos o Sputnik, podemos até acelerar o processo”, disse o chefe do governo.

O chanceler defendeu em comunicado que “não deve haver antecolhos geopolíticos em relação às vacinas”, pois “a única coisa que deve contar é se a vacina é eficaz e segura” e não “de onde vem”.

“Se a Austria receber mais um milhão de doses da vacina, será possível um retorno mais rápido à normalidade e poderemos salvar muitas vidas, além de empregos”, enfatizou o político.

Dois países da União Europeia, Hungria, Eslováquia e República Tcheca, já importaram unilateralmente a vacina russa sem aguardar sua aprovação pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA), que iniciou o procedimento de revisão contínua do imunizante ainda em 4 de março e não tem prazo para concluir.

## Inglêses tomam as ruas contra restrição do governo ao direito de livre manifestação

Manifestações em Londres, Manchester, Liverpool, Birmingham, Cambridge, Southampton e mais quarenta cidades britânicas repudiaram no final de semana legislação apresentada pelo governo Boris Johnson para coibir a livre manifestação pacífica, ampliando os poderes da polícia a pretexto de “barulho” ou “incômodo”, puníveis com prisão e multas.

“Não ao Estado policial de Boris Johnson” e “Matem a Lei” [“Kill The Bill”] levaram milhares de pessoas às ruas. Em Londres, os manifestantes fizeram questão de desfilar diante do parlamento, da sede do governo em Downing Street 10 e do Palácio de Buckingham no sábado (3).

Na Praça do Parlamento, o trabalhista Jeremy Corbyn disse à multidão que a lei do policiamento era uma “ladeira muito perigosa e escorregadia”, enquanto defendia o direito de protestar. Entre aclamações e aplausos, ele disse: “Se não protestarmos, as coisas não mudam”.

Houve um ato também em Cardiff, no País de Gales. Em Bristol, onde a dura repressão há duas semanas causou uma enorme polêmica – além de muitas prisões e viaturas queimadas –, centenas de pessoas voltaram às ruas pacificamente para rechaçar o incremento do arbítrio policial. A noite um grupo de manifestan-



‘Matem a Lei’ de Boris, clama multidão nas ruas de Londres

tes, que se sentaram no asfalto, interrompeu a rodovia M32.

Manifestantes em Newcastle, no norte da Inglaterra, marcharam até o centro da cidade gritando “Ruas de quem?/ Nossas ruas” e exibindo cartazes e faixas como “não seremos silenciados”.

A polícia londrina admitiu que a manifestação fora ordeira e respeitara o distanciamento social. “A grande maioria das pessoas que compareceram ao centro de Londres hoje o fizeram mantendo o distanciamento social”, disse o comandante Adelekan, após classificar o de dia de sábado como “desafiador para os oficiais”.

O grupo ativista feminista Sisters Uncut convocou um dia nacional de ação contra a lei do governo Johnson no domingo de Páscoa para as pessoas em casa.

O grupo pediu às pessoas que liguem para a estação de rádio local e expressem oposição ao projeto de lei de policiamento. “Este projeto de lei afeta as comunidades de maneira diferente, mas é ruim para todos nós: ameaça nosso direito de trabalhar, reunir-se, protestar e viajar”, disse o grupo em um comunicado. Para derrotá-lo, acrescenta a nota, “precisaremos de todos nós, este movimento não deixa ninguém para trás.”

Lawrence Wilkerson admitiu em agosto de 2018, em Washington, que os EUA têm planos de criar agitação na região de Xinjiang, jogando uigures contra maioria han para golpear a China por dentro

O Ministério das Relações Exteriores da China divulgou na semana passada um vídeo, de 2018, em que Lawrence Wilkerson, que foi chefe de gabinete do ex-secretário de Estado Colin Powell e coronel da reserva, enuncia que o objetivo da presença das tropas norte-americanas no Afeganistão é a desestabilização da China, seja agindo contra a Iniciativa Cinturão e Rota, seja desencadeando agitação em Xinjiang.

“Se a CIA tiver de montar uma operação usando esses [20 milhões de] uigures, como Erdogan fez na Turquia contra Assad, há 20 mil uigures na Síria agora, bem, se a CIA quiser desestabilizar a China a melhor forma de fazer isso seria causar uma agitação e se aliar aos uigures para pressionar os han chineses em Pequim, a partir do interior, não do exterior”.

No vídeo, em que Wilkerson discursa em agosto de 2018 em Washington, na conferência do Ron Paul Institute, o ex-militar admitiu os planos dos EUA de criar agitação na região autônoma uigur de Xinjiang, jogando os uigures contra a maioria han e, eventualmente, derrubando o país por dentro.

Wilkerson sabe do que fala, por experiência própria, por ter ajudado a redigir as mentiras exibidas na ONU pelo então secretário de Estado Powell às vésperas da invasão do Iraque em 2003.

Nos meses recentes, avolumaram-se as provocações contra a China usando como pretexto Xinjiang, com acusações absurdas como a de ‘genocídio’, quando a população de chineses uigures dobrou de tamanho desde 1978 e a expectativa de vida aumentou de 30 para 72 anos.

Agora, a de que há ‘trabalho forçado’ e ‘1 milhão de uigures em campos de concentração’, usadas para tentar proibir o uso do algodão de Xinjiang

para a confecção de tecidos e roupas – isto é, para provocar ‘desemprego forçado’, como denunciaram as autoridades chinesas.

Registre-se que o algodão de Xinjiang representa cerca de 20% do algodão mundial, e a tentativa de banir é uma enorme agressão econômica e tentativa de fazer a região autônoma retroceder, além de desorganizar as cadeias de abastecimento a nível mundial.

Ao mostrar aos jornalistas o vídeo, a porta-voz da diplomacia chinesa, Hua Chunying, destacou que a chamada ‘questão uigur de Xinjiang’ é outro complô planejado por Washington para desestabilizar e conter o desenvolvimento da China.

Xinjiang foi um dos principais objetivos do programa chinês de eliminação da pobreza absoluta, através de programas de treinamento profissional e apoio aos empreendedores, eletrificação rural e tratamento de água potável, instalação de novas indústrias e aumento de 50% nas matrículas do ensino superior em cinco anos.

“Os fatos provaram repetidamente que as questões relacionadas a Xinjiang não são questões étnicas, religiosas ou de direitos humanos, mas são questões de combate ao terrorismo e ao secessionismo”, enfatizou Hua.

Os Estados Unidos não se importam realmente com os uigures, se assim fosse, não teriam declarado guerras contra vários países muçulmanos em nome do contra-terrorismo e feito milhões de muçulmanos perderem suas vidas e lares após os ataques de 11 de setembro, observou Hua.

A porta-voz ressaltou ainda a perseguição a muçulmanos movida pelo governo norte-americano dentro do próprio país, o que incluiu a proibição de entrada de cidadãos de sete países de fé islâmica majoritária.

## ONU pede “alívio urgente” da dívida dos países pobres sob a pandemia

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, lançou um apelo à “ação urgente” para aliviar a dívida dos países pobres e em desenvolvimento, no contexto da “pior recessão desde a Grande Depressão” sob a pandemia. A convocação foi feita em Nova York, durante conferência para o desenvolvimento, na segunda-feira (29).

“Os alívios suplementares e direcionados da dívida a favor dos países vulneráveis, incluindo os países com rendimentos médios, serão necessários em definitivo”, disse, ao conchamar a criação deste “novo mecanismo”.

Guterres sugeriu medidas “mais audaciosas e mais ambiciosas”, referindo-se às recentes medidas do FMI e do G20 sobre a questão. Ele pediu a prorrogação até 2022 do mecanismo do G20 de suspensão da dívida, que expira no final de junho. Ele propôs, ainda, a inclusão dos países com rendimentos médios que o desejarem.

Os países do G20 despendem cerca de US\$ 16 trilhões para relançar as suas economias, mas os países em desenvolvimento não têm essa capacidade, assinalou Guterres no

evento, organizado com o Canadá e a Jamaica, na presença de representantes de várias dezenas de Estados.

O G20, o grupo das 20 maiores economias do mundo, chegou a acordo sobre um quadro comum para reestruturar a dívida de países pobres com uma moratória sobre o pagamento dos juros no âmbito da “iniciativa de suspensão do serviço da dívida”.

“Estamos à beira de uma crise da dívida”, advertiu o secretário-geral da ONU, ao considerar que “um terço das economias emergentes estão expostas a um risco elevado de crise orçamentária”.

Por outro lado, seis países estão em incumprimento, incluindo a Zâmbia e o Líbano, este último pela primeira vez na sua história.

No início de março, os ministros das Finanças do G7 tinham apoiado no FMI novas ajudas aos países desfavorecidos fragilizados pela pandemia, por meio de uma nova emissão de direitos especiais de saque (DES), a primeira desde a crise financeira de 2009, para “garantir liquidez” aos países em questão.

# População de chineses uigures dobrou desde 1978 e expectativa de vida cresceu de 30 para 72 anos

Em Xinjiang, onde convivem boa parte das 56 etnias que compõem a China, sendo os uigures 45,2% da população, em cinco anos, de 2014 para 2019, a indústria aumentou seu peso no PIB de 40,8% para 45,8%. A agricultura passou de 16,6% para 12,9%. Os serviços, de 42,6% para 40,3%. As matrículas no ensino superior aumentaram 50%, passando para 450 mil, e a renda disponível per capita cresceu de 23.200 yuans para 34.700 nos centros urbanos de Xinjiang, enquanto nas áreas rurais evoluiu de 8.721 para 13.100

“A maior mentira do século”: assim a China classificou a acusação de Washington de que a “população muçulmana” de Xinjiang, os uigures, era vítima de “genocídio”, fabricada no último dia no cargo do então secretário de Estado Mike Pompeo, e imediatamente adotada por seu sucessor sob Biden, Anthony Blinken.



Genocídio, a eliminação sistemática de uma etnia, é o que os nazistas fizeram com os judeus e os norte-americanos, com seus nativos (‘índio bom é índio morto’, não era o lema então?), enquanto em Xinjiang a população uigur dobrou nos últimos 40 anos.

Entre 1978 e 2018, a população uigur da região autônoma da China aumentou de 5,5 milhões para 12,7 milhões. Também a expectativa média de vida dos chineses uigures mais que dobrou, de 30 anos para 72 anos.

Mais ainda, observando um período mais próximo, entre 2010 e 2018, verifica-se que a população uigur cresceu 25% – acima da taxa de crescimento do conjunto da população de Xinjiang, que foi de 13,9%.

O fato refuta cabalmente as alegações de ‘genocídio’ e de ‘esterilização forçada’.

Em Xinjiang, convivem boa parte das 56 etnias que compõem a China, sendo que as maiores em tamanho na região autônoma são os uigures (45,2%), os han [aos quais mais de imediato associamos ‘chineses’] (40,5%), cazaques, quirguizes e outros. Nos últimos 60 anos, a economia da região autônoma aumentou 200 vezes.

Situado na parte mais ocidental da China e com uma superfície que é quase três vezes a da França, com cadeias de altas montanhas e deserto, petróleo e gás e quase 20% da produção mundial do melhor algodão, Xinjiang é ainda a porta de saída da China para a nova rota da Seda, a estratégica interligação da China com a Europa em curso. Também foi um dos principais cenários do esforço bem sucedido da China para dar fim à pobreza extrema.

## 35 MIL MESQUITAS

Apesar do que a mídia insinua, os uigures não são os únicos muçulmanos chineses. Na região autônoma de Ningxia e na província de Guansu, há 11 milhões de chineses hui muçulmanos, o que é uma manifestação do encontro das civilizações islâmica e chinesa ao longo dos séculos que se deu no processo do desenvolvimento da Rota da Seda.

Aliás, a China tem impressionantes 35 mil mesquitas! Das quais 24 mil ficam em Xinjiang, o que dá uma média de uma mesquita para cada 500 chineses uigures muçulmanos. Para comparação, a França ao todo tem 2.500, os Estados Unidos, 2.100, e o Reino Unido, 1.600.

O fenômeno tem se traduzido na intensificação das relações das comunidades chinesas muçulmanas com seus congêneres do Oriente Médio, Ásia e África. Prova disso é o fato de que grande parte dos 80 países que apoiaram a

China em recente debate no Conselho de Direitos Humanos da ONU era constituída por países de maioria islâmica. A China também é o maior parceiro comercial do mundo árabe, com um intercâmbio bilateral de US\$ 240 bilhões.

Como assinalou a porta-voz da chancelaria chinesa, Hua Chunying, “as pessoas de todos os grupos étnicos em Xinjiang, incluindo os uigures, desfrutam de todos os direitos constitucionais e legais, bem como estabilidade, segurança, desenvolvimento e progresso”, o que é “uma das histórias de direitos humanos mais bem sucedidas”.

Os problemas que existiram e existem em Xinjiang, com uma parte muito minoritária tendo sido atraída para a brutalidade de que o Estado Islâmico se tornou o tenebroso símbolo no mundo inteiro, foram tratados, não pelo método norte-americano – Abu Graib, Guantánamo, drones, bombardeios, demolições de casas, ‘waterboarding’ -, mas do jeito chinês.

Atacando as causas – a pobreza em Xinjiang, o isolamento em que vivia essa parcela e os falsos imãs que prometiam o ‘paraíso com 72 virgens’ aos degoladores de ‘infieis’ -, criando alternativas para as pessoas e pondo em marcha ação estatal de apoio à região, concentrada no programa de eliminação da miséria e geração de emprego e renda, além das devidas medidas de segurança, persuasão e prevenção.

## AVANÇOS INEGÁVEIS

Esses esforços podem ser vistos em alguns dados já disponíveis. Em cinco anos, de 2014 para 2019, a indústria em Xinjiang aumentou seu peso no PIB de 40,8% para 45,8%. A agricultura passou de 16,6% para 12,9%. Os serviços, de 42,6% para 40,3%. As matrículas no ensino superior aumentaram 50%, para 450 mil.

A renda disponível per capita cresceu de 23.200 yuans para 34.700 nos centros urbanos de Xinjiang, enquanto nas áreas rurais evoluiu de 8.721 para 13.100.

No algodão, que tem uma importância grande para a região, a mecanização aumentou para 70%. 480 mil novos empregos urbanos foram criados e 3 milhões de trabalhadores rurais excedentes, que praticavam uma agricultura de subsistência, puderam se integrar ao processo produtivo da região, melhorando a renda.

Muitas unidades fabris se instalaram na região, aproveitando a qualidade da matéria-prima de Xinjiang, cujo algodão de fibra longa é tido



No alto, a mulher Tudigul Nur, em família com os dois filhos, refuta a mentira espalhada pelos EUA sobre “esterilização forçada”. Ao lado, confecção em Xinjiang. De 2014 para 2019, a indústria nessa região aumentou seu peso no PIB de 40,8% para 45,8%. Abaixo, as tradições e a cultura dos chineses uigures são preservadas e estimuladas em toda a região de Xinjiang. (Fotos CGTN)



unicipalidades aumentou 64% no período, segundo dados da Xinhua. Também aumentou em escala semelhante a cobertura da internet nessas áreas.

## MENTIRA 2: “TRABALHO FORÇADO”

Na semana passada, os norte-americanos voltaram à carga contra a China, com nova difamação e mais guerra comercial. A de que os uigures eram vítimas de “trabalhos forçados”. Como estampou o New York Times, “Por dentro da investida da China para tornar as minorias em um exército de trabalhadores”.

Um acadêmico, entrevistado pelo canal internacional de tevê chinês, a CGTN, questionou a alegação de que as camadas mais pobres de Xinjiang estariam sendo ‘coagidas’ a irem trabalhar nas fábricas.

“Como pode ser bom e legal que pessoas de outras províncias chinesas venham como migrantes trabalhar nas fábricas de Guangzhou ou Shenzhen, mas ser ruim que venham de Xinjiang?”, questionou Hor Jungshing, da Universidade de Ciência Política e Direito. Há outro lado ainda mais nauseante, ele apontou: difamar a pobreza, elogiada no mundo inteiro, como se fosse “trabalho forçado”.

“Ajudar as pessoas a conseguir um emprego e ‘trabalho forçado’ são dois conceitos diferentes”, sublinhou a porta-voz chinesa Hua Chunying. “Os EUA querem criar ‘desemprego forçado’ e ‘pobreza forçada’ na região autônoma de Xinjiang, reprimindo as empresas locais por meio de sanções?”, questionou.

Continua no site

como o melhor do mundo.

200 milhões de turistas visitaram a região em 2019. Desde 2014, está operando o trem-bala, que liga a capital da vizinha província de Gansu, Langzhou, à capital de Xinjiang, Umuñqi, de 1.700 quilômetros, que é uma proeza de engenharia, por causa dos fortes ventos da região. Há 21 aeroportos, pelos quais passaram 33 milhões de passageiros em 2019.

## “RELACIONAMENTO DE GÊMEOS”

Outras regiões e empresas, do país inteiro, foram convocadas a ajudar nesse processo – analogamente ao que aconteceu em Hubei quando da pandemia. Só em 2019, 19 províncias da China investiram quase 18,8 bilhões

de yuans (US\$ 2,9 bilhões) e ajudaram em 1.935 projetos em Xinjiang, melhorando os meios de subsistência dos residentes locais.

Analistas chamam esse tipo de apoio de “relacionamento de gêmeos”, tipicamente chinês, e que mostra a determinação do país em ter uma vida melhor para todo o seu povo, em derrotar o aspecto da desigualdade que é central no atual momento, que era esse desnível entre o imenso progresso no litoral e os bolsões de pobreza e insuficiente desenvolvimento nas regiões mais ocidentais do país.

O combate à pobreza, que nos anos 1990 era feito à moda ocidental, com um subsídio à renda dos mais pobres, nos anos recentes concentrou-se em ensinar uma função, treinar, ativar as iniciativas

locais e em trazer o apoio das províncias e empresas de desenvolvimento consolidado.

Funcionários do governo e membros do partido foram a campo, conversar com as famílias e encontrar soluções práticas para a melhoria da vida em cada lugar mais pobre do país, e particularmente em Xinjiang. Também aumentou a quantidade de creches disponíveis.

As mudanças tornaram-se perceptíveis até mesmo desde a Estação Espacial Internacional, já que as áreas iluminadas à noite nas regiões mais ocidentais da China aumentaram 55% nos últimos cinco anos, refletindo a expansão da rede elétrica.

Em Xinjiang, nove milhões que viviam em áreas remotas passaram a ter um fornecimento estável de energia elétrica. A extensão de estradas entre as aldeias e muni-